

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	8
5.3 - Descrição - Controles Internos	13
5.4 - Programa de Integridade	15
5.5 - Alterações significativas	19
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	20

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	21
10.2 - Resultado operacional e financeiro	48
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	53
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	54
10.5 - Políticas contábeis críticas	57
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	61
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	62
10.8 - Plano de Negócios	63
10.9 - Outros fatores com influência relevante	66

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

#### I) Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia não possui política de gerenciamento de fatores de risco formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, mas possui uma política interna de gerenciamento de riscos corporativos, elaborada pela Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos e disponibilizada aos funcionários em canal de comunicação interno, em novembro de 2016.

A política de gerenciamento de riscos corporativos divulgada internamente na Companhia prevê que, anualmente, deverá ser realizado o levantamento dos riscos a que a Companhia está exposta. Esses riscos deverão ser discutidos com Gerentes Gerais, Diretores e Presidência, sendo seus resultados submetidos para análise do Conselho de Administração.

Os riscos detectados neste levantamento são tratados pelas áreas responsáveis por intermédio de planos de ação, os quais são acompanhados pela Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos.

Em 2020, planeja-se o aprimoramento de tal política interna de gerenciamento de riscos corporativos, e será levada para aprovação do Conselho de Administração, a Política de Gestão de Riscos da empresa de forma mais ampla, incluindo aí as atividades de levantamento e apresentação ao Conselho de Administração dos riscos corporativos. A previsão para conclusão do processo é dezembro de 2020.

A Companhia também possui um Código de Conduta Ética, atualizado em dezembro de 2017 para adequação às normas anticorrupção no âmbito do Programa de Integridade implementado pela Companhia. O Código de Conduta Ética tem como objetivo primordial a definição e a formalização dos princípios éticos definidos e defendidos pela MRS. Esses princípios têm a função de orientar o comportamento dos públicos interno e externo (agentes públicos e empresas privadas), a fim de minimizar a subjetividade das interpretações pessoais, no âmbito de sua atuação, sobre princípios morais e éticos, os conflitos éticos e também reforçar a conduta ética esperada. Em dezembro de 2017, foram emitidas também, as seguintes Políticas relacionadas ao Código de Conduta Ética:

- Relacionamento com os Órgãos Públicos e Anticorrupção,
- Conflito de Interesses,
- Segurança, Meio Ambiente e Saúde,
- Presentes e Brindes,
- Patrocínios e doações.

O Código de Ética se aplica a todos os colaboradores da MRS, independentemente de seu nível hierárquico, incluindo estagiários e terceiros, e a todos os relacionamentos estabelecidos ou por estabelecer com Acionistas, Clientes, Fornecedores, Sindicatos, Comunidades, Governo, Sociedade e Meios de Comunicação.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em dezembro de 2017, foi também emitido o Código de Conduta Ética para Terceiros, que se destina à formalização dos princípios éticos definidos e defendidos pela MRS a serem observados por clientes, fornecedores, parceiros comerciais e quaisquer outros terceiros que se relacionem com a MRS.

O Código de Ética e demais documentos relacionados podem ser acessados na página da Companhia, [www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br).

**b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

**i. Os riscos para os quais se busca proteção**

Como parte da metodologia de Gestão de Riscos Corporativos, é utilizado o dicionário de riscos demonstrado a seguir:

Dicionário de Riscos MRS



FINANCEIRO		OPERACIONAL				CONFORMIDADE	ESTRATÉGICO	
Crédito	Mercado	Processo	Acidente	Pessoal	Informação e Tecnologia	Regulatório	Não Atendimento à Demanda	Projetos
Indisponibilidade de Capital	Câmbio	Pagamento Indevido	Acidente Ferroviário	Insuficiência / Desqualificação da Mão de Obra	Vazamento de Informações	Contábil	Reputação e Imagem	Relacionamento com Acionistas
Inadimplência Cliente	Varição Commodities	Indisponibilidade de Ativos	Acidente de Trabalho	Retenção Mão de Obra	Confiabilidade dos Dados	Contingência Ambiental	Retração ou Estagnação de Vendas	Concorrência e Mercado
Fluxo de Caixa	Varição Taxa de Juros	Execução e Gestão de Processos	Acidente Contra Terceiros	Furto/ Vandalismo/ Sabotagem	Indisponibilidade de Informação	Contingência Trabalhista	Mudança Governamental	Conduta Antiética/ Fraude
Perda Financeira		Interrupção da Operação		Clima Organizacional	Concentração de Conhecimento	Contingência Tributária/Fiscal	Inovação Tecnológica	Sucessão
		Fornecedores				Contingência Cível		
		Obrigação Contratual				Contingência Criminal		

**ii. Os instrumentos utilizados para proteção**

A MRS mantém, desde 2016, procedimentos internos de levantamento de riscos corporativos, elaborados pela Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos.

A companhia mantém um dicionário de riscos, divididos nos aspectos: financeiro, operacional, conformidade e estratégico. Com base nisso, anualmente são identificados os riscos a que a Companhia está exposta e as formas de mitigação. Esses riscos deverão ser discutidos com Gerência, Diretoria e Presidência e os resultados, submetidos para análise do Conselho de Administração.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os riscos detectados são tratados pelas áreas responsáveis por intermédio de planos de ação, com acompanhamento da Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos. Para 2020, está sendo desenvolvida uma nova metodologia, com foco nos riscos corporativos mais relevantes para atingimento dos objetivos estratégicos da MRS e seu resultado será apresentado ao Conselho de Administração no final do ano.

### iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos:

#### iii.a. Indicando os órgãos da administração, comitês ou outras estruturas assemelhadas envolvidas;

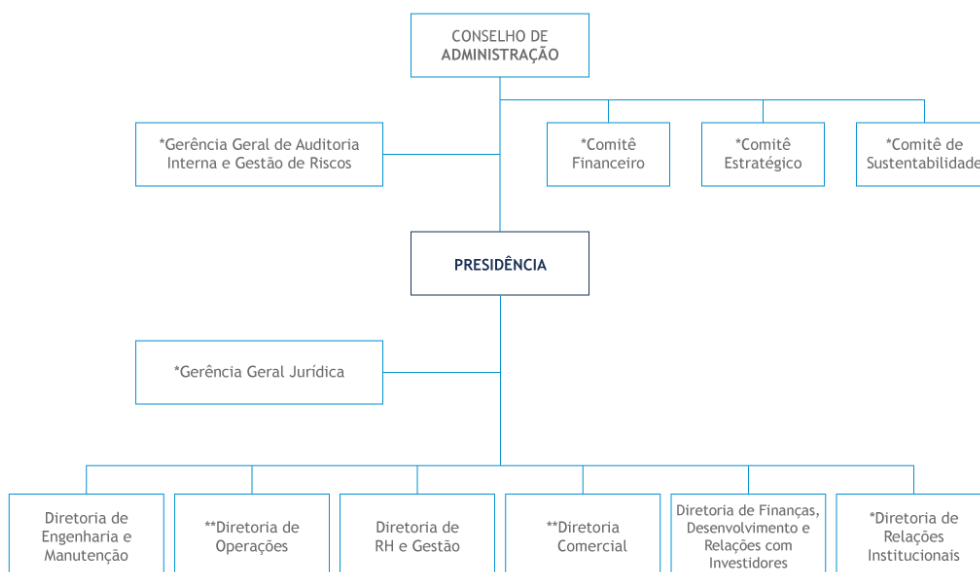
Estão envolvidos no processo de gestão de riscos as Gerências, as Gerências Gerais, a Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, a Diretoria e o Conselho de Administração.

A Auditoria Interna da MRS foi a primeira do gênero em ferrovias sul-americanas a receber a certificação de qualidade do IIA Global, a principal entidade do segmento, que avalia a consistência e a qualidade dos processos de Auditoria Interna, atestando que a atividade está alinhada com as regras internacionais e melhores prática mundiais de Auditoria Interna. O Plano Anual de Auditoria Interna leva em consideração análise específica dos riscos dos processos existentes.

#### iii.b. Discriminando as responsabilidades específicas de cada um desses órgãos, comitês ou estruturas assemelhadas, e de seus membros, no controle de gerenciamento de riscos.

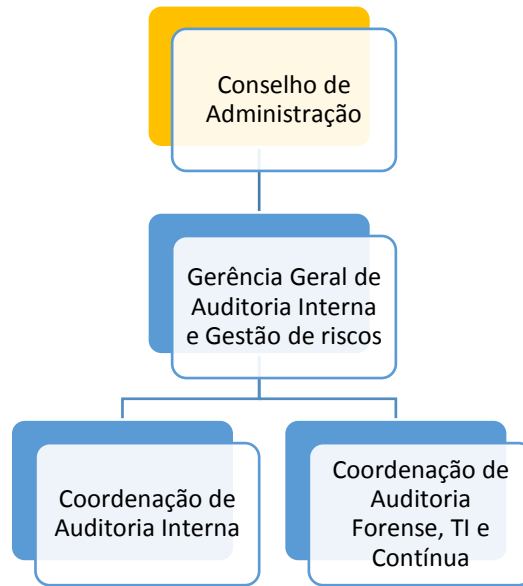
A Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos é responsável pelo levantamento dos riscos corporativos e as Gerências Gerais e Diretorias pela criação de planos de ação. Cabe ao Conselho de Administração aprovar o conjunto de riscos e ações apresentados. As Gerências, Gerências Gerais e Diretorias da Companhia devem executar os planos de ação, zelando pelo controle, monitoramento e mitigação dos riscos que envolvem os negócios da Companhia.

#### iii.c. Indicando a estrutura hierárquica desses órgãos.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Gerência Geral de Auditoria Interna:



- c. **A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Administração da Companhia entende que a estrutura operacional e de controles internos para a verificação da Política e dos de Riscos Corporativos está adequada.

### II) Programas de Gerenciamento de Riscos Ambientais

- a. **Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

A MRS não possui uma política de riscos ambientais formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, mas possui alguns programas que objetivam a prevenção e controle de riscos ambientais, além de respostas a emergências, que são anualmente auditados pela Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, área que está diretamente subordinada ao Conselho de Administração.

A MRS desenvolve, no âmbito do seu licenciamento ambiental, os seguintes programas:

- Programa de monitoramento da qualidade do ar (atualmente suspenso pelo Ibama para análise);
- Programa de identificação e controle de processos erosivos;
- Programa de identificação e correção de pontos críticos de drenagem;
- Programa de monitoramento de ruídos (atualmente suspenso pelo Ibama para análise);
- Programa de gerenciamento de riscos e plano de ação de emergência;

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

- Programa de identificação, controle e correção de passivos ambientais;
- Programa de monitoramento e controle da vegetação invasora da linha;
- Programa de recomposição de vegetação em unidades de conservação;
- Programa de monitoramento e mitigação de atropelamento de fauna (atualmente suspenso pelo Ibama para análise);
- Programa de educação ambiental;
- Programa de comunicação social;
- Programa de diagnóstico e monitoramento da faixa de domínio;
- Programa de gerenciamento de resíduos sólidos;
- Programa de gerenciamento e tratamento de efluentes;
- Programa de gestão e controles ambientais nas oficinas e atividades de manutenção da via permanente;
- Programa de gestão e controles das obras realizadas na faixa de domínio;
- Programa de gestão de licenciamentos ambientais.

**b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

**i. Os riscos para os quais se busca proteção**

A MRS desenvolve seus programas de gestão ambiental assumindo o compromisso de conduzir suas atividades assegurando o cumprimento à legislação ambiental vigente, às normas aplicáveis e aos demais requisitos por ela subscritos (tais como acordos com autoridades públicas, clientes, grupos comunitários, organizações não governamentais, princípios voluntários ou código de prática), de modo a conservar o meio ambiente minimizando e mitigando os impactos ambientais negativos advindos da operação ferroviária.

Estes requisitos são identificados pela Companhia de acordo com os aspectos ambientais mapeados em seus processos. Este compromisso é cumprido pelo relacionamento estreito e de forma contínua com seus clientes, acionistas, colaboradores, órgãos ambientais e comunidades sob a influência de sua malha ferroviária através de procedimentos e controles bem definidos que são repassados aos colaboradores através de treinamentos e processos de auditorias e inspeções internas.

A Companhia não aderiu a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia busca através dos seus programas de gerenciamento de riscos ambientais a proteção para os seguintes riscos:

- Acidentes com impacto ambiental;
- Contaminação ambiental de qualquer natureza alinhado às atividades da empresa;

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

- Impacto às comunidades influenciadas pela nossa malha;
- Impactos negativos à imagem da companhia por conta de irregularidades ou de acidentes ambientais; e
- Comprometimento das relações da Companhia com órgãos ambientais, prefeituras, governos, agências reguladoras, Institutos, ministérios e com a sociedade como um todo.

**ii. Os instrumentos utilizados para proteção**

São utilizados pela Companhia os seguintes instrumentos para prevenção de riscos ambientais:

- Utilização de metodologias científicas e/ou diretrizes para o desenvolvimento dos programas ambientais;
- Elaboração de especificação técnica visando a contratação de novos serviços ambientais;
- Procedimento gerencial de gerenciamento de resíduos;
- Procedimento gerencial de licenciamento ambiental;
- Procedimento gerencial de solicitação de outorga;
- Procedimento gerencial de ocorrências ambientais;
- Procedimento gerencial de fluxo de transporte de produto perigoso;
- Procedimento gerencial de diretrizes ambientais para a manutenção, reparo e melhoria de via permanente;
- Procedimento gerencial Resposta a Emergência Ambiental;
- Procedimento Operacional para gerenciamento de efluentes;
- Procedimento Operacional para avaliação de fornecedores;
- Procedimento de reconhecimento de APP de curso hídrico;
- Procedimento para Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais.

**iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos:****iii.a. Indicando os órgãos da administração, comitês ou outras estruturas assemelhadas envolvidas;**

A Companhia possui um Comitê de Sustentabilidade, ligado diretamente ao Conselho de Administração, que analisa os programas e práticas de gestão ambiental.

A Gerência de Meio Ambiente, dentre outras funções, promove treinamentos dos procedimentos ambientais para áreas operacionais, visando a prevenção e o controle das atividades que podem causar impactos ambientais.

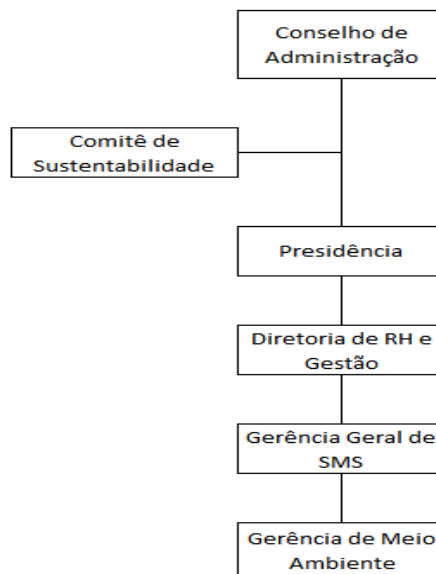
## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos e a Gerência de Meio Ambiente se relacionam no sentido de observar, compreender, definir e implantar ações eficazes para a resolução de pontos que possam estar em desacordo com as práticas da Companhia ou que possam oferecer algum tipo de risco futuro, principalmente no que tange o cumprimento da legislação ambiental e das boas práticas técnicas e legais relacionadas ao meio ambiente no decorrer das atividades executadas pelos colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço e da empresa como um todo.

**iii.b. Discriminando as responsabilidades específicas de cada um desses órgãos, comitês ou estruturas assemelhadas, e de seus membros, no controle de gerenciamento de riscos.**

A Gerência de Meio Ambiente é responsável pelo cumprimento e formulação de especificações, práticas e procedimentos que considerem as melhores práticas ambientais, nos aspectos técnicos e legais. As atividades desenvolvidas tanto na prevenção quanto na remediação de riscos ambientais são reportadas ao Comitê de Sustentabilidade, por meio de reuniões presenciais mensais.

**iii.c. Indicando a estrutura hierárquica desses órgãos.**



- c. **A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Administração da Companhia entende que a estrutura operacional e de controles internos para a verificação dos Riscos Ambientais está adequada.



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Financeiros que tem por objetivo reger, monitorar e estabelecer a governança das atividades de riscos financeiros, limitando os impactos adversos causados por instrumentos financeiros ao lucro líquido e ao fluxo de caixa da Companhia.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros é revista e aprovada anualmente, em março, pelo Conselho de Administração, que supervisiona a gestão de riscos, contando com o suporte de um Comitê Financeiro que presta assessoria tanto em riscos financeiros quanto na estruturação, propriamente dita, de governança em riscos financeiros. A política de gestão de riscos financeiros de 2020 foi aprovada pelo Conselho de Administração no dia 25 de março de 2020.

O Comitê Financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de riscos, com o principal objetivo de reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa estimado.

A Gerência de Operações Financeiras e de Relações com Investidores, subordinada à Gerência Geral de Finanças e à Diretoria de Finanças, Desenvolvimento e Relações com Investidores, implementa e utiliza os controles internos estabelecidos na Política de Gestão de Riscos Financeiros no intuito de acompanhar a exposição da Companhia, além de reportar relatórios periódicos deste acompanhamento à Administração.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

- i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

**Riscos de taxa de câmbio**

A Companhia busca proteger o resultado e fluxo de caixa contra riscos oriundos de variação da cotação do Dólar. Desde 1999, quando o Brasil implementou um sistema cambial flutuante, houve flutuações significativas nas taxas de câmbio entre a moeda brasileira, o Dólar Americano e outras moedas. A Companhia não pode garantir que eventuais variações não terão impacto sobre os seus resultados no futuro, tendo em vista seus compromissos com financiamentos em Dólar.. Além disso, a desvalorização ou depreciação do Real em relação ao Dólar poderia, entre outros, criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, aumentando de forma geral o preço dos produtos importados e requerendo políticas governamentais recessivas para conter a demanda agregada, o que, ocasionalmente, acarretaria retração no transporte da MRS direcionado ao mercado doméstico. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao Dólar pode levar à deterioração macroeconômica, em especial, no saldo das contas externas de conta corrente e do balanço de pagamentos, bem como prejudicar as exportações. Neste caso, o transporte da MRS destinado ao atendimento do mercado externo poderia ser impactado negativamente.

**Risco de liquidez**

A Companhia procura manter um nível de caixa mínimo como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros, além de manter parte das aplicações com liquidez diária para minimizar riscos de liquidez. Para determinar o valor do caixa mínimo para honrar suas obrigações, a Companhia considera possíveis choques de curto prazo em suas receitas

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

(tanto em preços quanto em volumes), não contando com a possibilidade de captar recursos no mercado (escassez de crédito). Grande parte do caixa é mantido em aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito, avaliadas por agências de *rating* de primeira linha. A administração estabelece limites das aplicações em instituições financeiras com classificação de risco “AAA”, “AA” e “A”, além de manter liquidez diária de, pelo menos, 50% do caixa.

Em relação ao risco de taxas de juros, conforme já mencionado no item 4.2 deste Formulário de Referência, nota-se que os cenários de acréscimo nas taxas de CDI e TJLP geram impactos financeiros pouco relevantes para a Companhia, motivo pelo qual a MRS não adota instrumentos para sua mitigação.

**ii. A estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

Para proteção patrimonial, são contratadas operações de *Swap* para proteger o passivo da Companhia em dólar americano. Nessas operações, a Companhia fica ativa em variação cambial mais uma taxa de juros fixa e passiva em um percentual do CDI, de modo que o efeito da variação cambial no passivo (dívidas em dólar) seja parcialmente compensado pelo derivativo. A posição protegida contra os efeitos da exposição cambial real versus dólar deve situar-se entre 80% a 100% do passivo nesta moeda. Adicionalmente, desde 01 de abril de 2016, a Companhia passou a adotar a metodologia de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*) para operações de *swap* que protegem dívida em dólar com juros fixos, visando a redução da volatilidade de resultados causada pela variação da marcação a mercado de *swaps* cambiais longos.

Conforme já mencionado no subitem “a” acima, a Companhia não adota estratégia de proteção patrimonial com relação ao risco associado às taxas de juros, por entendê-lo de baixa relevância.

**iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

A maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia - oriunda da parcela de dívida indexada em moeda estrangeira - tem sido coberta por contratos de *swap*. Nesses contratos, a Companhia recebe variação cambial mais cupom e paga um percentual do CDI.

**iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos derivativos. Nesse sentido, o acompanhamento mensal de sua exposição ao Risco de Taxa de Câmbio é realizado por meio da análise dos seguintes parâmetros: (i) percentual da dívida protegida por contratos de *swap*, que deve estar situado entre 80% e 100%, enquanto o Risco de Liquidez é medido pelo parâmetro; e (ii) percentual de liquidez da carteira de aplicações, que deve ser de, pelo menos, 50%.

**v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos**

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*). De acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros, a Companhia deve utilizar instrumentos financeiros apenas com finalidade de proteção patrimonial, sendo vedada a possibilidade de operar de forma especulativa.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado****Órgãos da administração, comitês ou outras estruturas assemelhadas envolvidas;**

A companhia possui um Comitê Financeiro que recomenda regras e procedimentos apropriados a serem aplicados às atividades em que se assumem riscos de mercado. Uma das atribuições deste Comitê é elaborar e revisar a Política de Gestão de Risco Financeiro, que é submetida anualmente ao Conselho de Administração para sua aprovação. No âmbito da Diretoria Financeira, há uma gerência, Gerência de Operações Financeiras e de Relações com Investidores, com a atribuição de implementar e controlar a efetividade desta Política, emitindo, periodicamente, relatórios de acompanhamento de posição de exposição a riscos de mercado.

**Responsabilidades específicas de cada um desses órgãos, comitês ou estruturas assemelhadas, e de seus membros, no controle gerenciamento de riscos.**

O Conselho de Administração é responsável por:

- Estabelecer a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia, levando em consideração as recomendações propostas pelo Comitê Financeiro; e
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos Financeiros e eventuais operações que estejam fora dos limites determinados nesta Política, desde que avaliadas previamente pelo Comitê Financeiro.

O Comitê Financeiro é integrado por:

- Coordenador do Comitê - Conselheiro indicado pelo Conselho de Administração;
- Assessores técnicos representantes de cada acionista;
- Diretora de Finanças, Desenvolvimento e de Relações com Investidores da MRS;
- Gerente Geral de Finanças da MRS;
- Gerente de Operações Financeiras e de Relações com Investidores da MRS;
- Gerente de Faturamento e Tesouraria.

O Comitê Financeiro reunir-se-á com periodicidade mínima trimestral, ou por convocação do Coordenador do Comitê.

O Comitê Financeiro é responsável por:

- Monitorar e analisar a gestão do risco financeiro da companhia, informando ao Conselho de Administração, em periodicidade mínima anual, sobre o estado do gerenciamento de riscos financeiros;
- Acompanhar a formulação do Orçamento Anual da companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração nos assuntos relacionados à formulação do Orçamento Anual;
- Recomendar ao Conselho de Administração, em periodicidade anual, atualizações da Política de Gestão de Riscos Financeiros da companhia; e

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

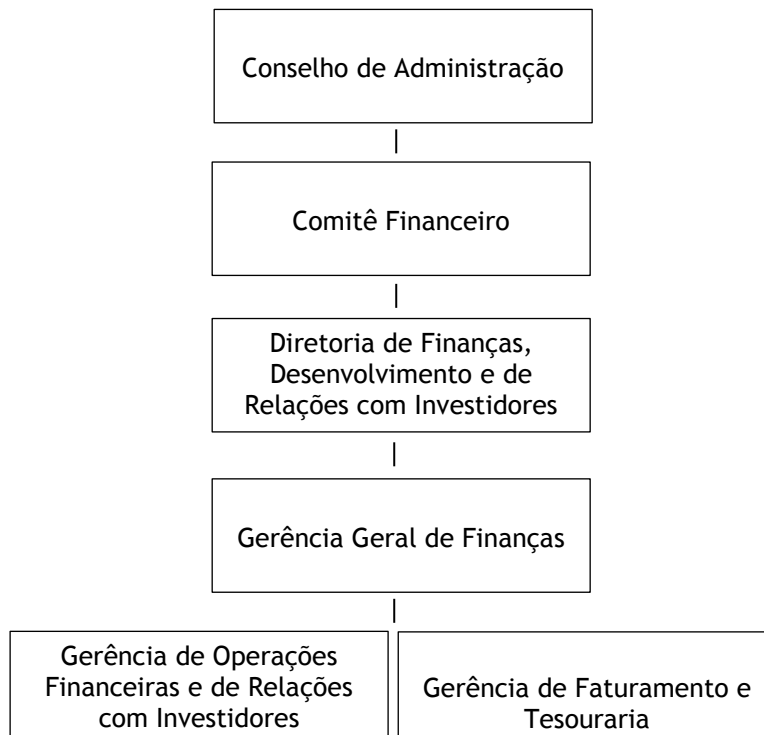
- Avaliar propostas de operações que estejam fora dos limites determinados nesta Política para que a operação seja submetida, em reunião de acionistas.

A Diretora de Finanças, Desenvolvimento e de Relações com Investidores é responsável por:

- Zelar pela qualidade, integridade e disponibilidade das informações financeiras;
- Apoiar a análise dos temas tratados pelo Comitê Financeiro;
- Propor ao Comitê Financeiro alterações na Política de Gestão de Riscos Financeiros que julgar necessárias;
- Comunicar prontamente ao Coordenador do Comitê sobre quaisquer eventos não previstos ou que infrinjam, ainda que pontualmente, os limites estabelecidos nesta Política;
- Coordenar o processo de confecção dos indicadores financeiros, propostas orçamentárias e informações relacionadas à Política de Gestão de Riscos Financeiros; e
- Coordenar a agenda do Comitê Financeiro em sincronismo com a Reunião de Acionistas.

O Gerente Geral de Finanças e o Gerente de Operações Financeiras e de Relações com Investidores são responsáveis por:

- Gerenciar os riscos de mercado, implementando e utilizando controles internos, no intuito de acompanhar a exposição da Companhia; e
- Reportar relatórios periódicos deste acompanhamento à Administração.

**Estrutura hierárquica desses órgãos**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

|

A Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos também monitora os riscos financeiros à que a Companhia está exposta, indicando as ações a serem tomadas para mitigação de tais riscos, bem como novas ações cabíveis, dentro do processo de gerenciamento de riscos da Companhia. Maiores informações sobre a atuação da Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos nos riscos financeiros e de mercado da Companhia podem ser verificadas no item 5.1 deste Formulário de Referência.

**c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A administração da MRS entende que esta estrutura de gestão de risco está adequada e considera que a exposição da Companhia aos riscos de mercado vem sendo acompanhada e mitigada de forma satisfatória.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

**5.3 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

**a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras, a Gerência de Contabilidade e Patrimônio é responsável:

- 1) Pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- 2) Pela conciliação dos saldos das contas patrimoniais, garantindo que os saldos contábeis reflitam a real situação financeira e econômica da Companhia;
- 3) Pela parametrização das contas contábeis no sistema operacional da Companhia (Oracle EBS) e seus sistemas legados ou interfaceados.

Além disso, todos os lançamentos manuais são realizados apenas por colaboradores lotados na Gerência de Contabilidade e Patrimônio e Gerência Tributária e aprovados, sistemicamente, pelo gerente de contabilidade e patrimônio, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC.

As demonstrações contábeis são submetidas, anualmente, ao processo de auditoria e, trimestralmente, ao processo de revisão de informações intermediárias realizada por auditor independente e de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Essas normas requerem que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorções relevantes.

A Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos elabora Plano Anual de Auditoria, com base na análise dos riscos dos processos da Companhia. Eventualmente, um processo que tenha deficiências identificadas pode gerar algum impacto nas demonstrações financeiras. Neste caso, ações corretivas são discutidas com Gerência de Contabilidade e Patrimônio e acompanhadas junto aos gestores responsáveis.

A Auditoria Interna da MRS foi a primeira do gênero em ferrovias sul-americanas a receber a certificação de qualidade do IIA Global, a principal entidade do segmento, que avalia a consistência e a qualidade dos processos de monitoramento de riscos, governança e ética no ambiente de negócios.

**b. as estruturas organizacionais envolvidas**

A Diretoria de Finanças e Desenvolvimento é a área responsável pelas demonstrações contábeis da Companhia, que são elaboradas pela Gerência de Contabilidade e Patrimônio, que está subordinada à Gerência Geral de Controladoria. A Gerência Tributária também está subordinada à Gerência Geral de Controladoria. Cabe ao gerente de contabilidade e patrimônio assegurar a adoção das boas práticas e das normas contábeis, seguindo a legislação contábil e regulatória para que as demonstrações contábeis e todas as demais obrigações acessórias sejam entregues dentro do prazo e em conformidade com exigências legais. O gerente tributário é responsável por assegurar a adoção das boas práticas fiscais.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

**c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Após realizar as auditorias investigativas, consultivas e preventivas, o Gerente Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos elabora relatório reportando diretamente ao Conselho de Administração todas as deficiências e pontos de melhoria encontrados nos mais diversos processos e rotinas da Companhia, podendo incluir a elaboração de Demonstrações Financeiras.

Para as deficiências e pontos de melhorias apontados são traçados, pela área auditada, com supervisão da Auditoria Interna, planos de ação para atuar de forma corretiva e preventiva sobre os riscos apontados. Cabe aos gerentes gerais adotar e executar as ações corretivas e preventivas definidas pela Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos.

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

O Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos elaborado em conexão com o exame das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 foi emitido pelos auditores externos - KPMG Auditores Independentes.

Durante os trabalhos de exame de auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram identificadas deficiências significativas.

As recomendações não significativas apresentadas na carta de recomendações referem-se, basicamente, a sugestões de aprimoramento dos controles internos, mas que são de importância suficiente para merecer a atenção da administração, as quais serão avaliadas e tratadas em conjunto com os responsáveis pelos processos.

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Com relação às sugestões de aprimoramento dos controles internos, elas serão avaliadas pela administração e tratadas em conjunto com os responsáveis pelos processos.

A administração entende, no entanto, que tais sugestões não refletem deficiências significativas, não levando a distorções nas demonstrações contábeis.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A MRS possui um Código de Conduta Ética, atualizado em dezembro de 2017 para adequação às normas anticorrupção no âmbito do Programa de Integridade, e as seguintes políticas relacionadas a ele:

- Relacionamento com os Órgãos Públicos e Anticorrupção,
- Conflito de Interesses
- Segurança, Meio Ambiente e Saúde
- Presentes e Brindes
- Patrocínios e Doações

Em dezembro de 2017, foi também emitido o Código de Conduta Ética para Terceiros, que se destina à formalização dos princípios éticos definidos e defendidos pela MRS a serem observados por clientes, fornecedores, parceiros comerciais e quaisquer outros terceiros que se relacionem com a MRS.

A Companhia possui um canal de comunicação (Linha Direta com a Auditoria) por meio do qual são recebidas dúvidas e denúncias, que funciona como um mecanismo de controle das situações de risco às quais a Companhia está exposta e de tratamento das condutas antiéticas ou ilícitas que eventualmente venham a ser praticadas. Os casos mais complexos são resolvidos pelo Comitê de Conduta Ética da Companhia, composto pelo Gerente Geral de Auditoria e Gestão de Riscos, pelo Diretor de Recursos Humanos e pelo Diretor Presidente.

No ano de 2017 foi realizado treinamento presencial de todos os gestores da Companhia em relação ao Programa de Integridade e todos os colaboradores realizam o treinamento online relativo ao Programa de Ética e Integridade da Companhia.

Em dezembro de 2018, foi realizado treinamento presencial para os Gestores da Companhia, em reforço ao treinamento anteriormente realizado.

Em 2019, foi criada a Cartilha do Programa de Ética e Integridade da Companhia, realizada campanha de comunicação interna para divulgação da Cartilha e dos principais pontos das Políticas de Conduta e instituído um treinamento sobre o Programa de Integridade no momento em que novos colaboradores são admitidos (durante o Programa de Integração de novos colaboradores).

Até o momento não foi implantada política de revisão periódica da avaliação de riscos, bem como não está estruturado o monitoramento contínuo.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- ii. **as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

Conforme descrito no item i, até o momento não está estruturado o monitoramento contínuo do Programa de Integridade.

- iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

**se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A MRS possui Código de Conduta Ética aplicável a todos os colaboradores e fornecedores, sendo parte integrante do contrato de trabalho e das demais relações contratuais e/ou de representação dos colaboradores e demais parceiros da Companhia. O referido Código foi atualizado em dezembro de 2017, para adequação às normas anticorrupção no âmbito do Programa de Integridade.

**se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Por ter sido atualizado em dezembro de 2017, todos os colaboradores foram treinados até o fim de 2018, conforme cronograma anual de treinamentos.

Em dezembro de 2018, foi realizado treinamento presencial para os Gestores da Companhia, em reforço ao treinamento anteriormente realizado.

Em 2019, foi criada a Cartilha do Programa de Ética e integridade da Companhia, realizada campanha de comunicação interna para divulgação da Cartilha e dos principais pontos das Políticas de Conduta e instituído um treinamento sobre o Programa de Integridade no momento em que novos colaboradores são admitidos (durante o Programa de Integração de novos colaboradores).

**as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A inobservância ao estabelecido no Código caracteriza infração e enseja a aplicação de medidas disciplinares, devidamente estipuladas no documento.

Caso não sejam cumpridas as normas do Código de Conduta Ética e das Políticas Gerais de Conduta, os colaboradores poderão sofrer penalidades, que poderão variar, de acordo com a gravidade da violação, entre as seguintes: as previstas no Regulamento Disciplinar da MRS, advertência por escrito, suspensão ou demissão por justa causa ou sem justa causa.

Poderão ser tomadas, ainda, medidas para destituição de membros do Conselho de Administração e Diretores.

Para os fornecedores, clientes, representantes e demais terceiros que tenham vínculos contratuais ou de representação com a MRS, qualquer infração aos documentos poderá

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

resultar em rescisão do contrato ou do instrumento de mandato e, quando cabível, na aplicação de multas contratuais.

Poderão ser adotadas medidas judiciais ou extrajudiciais para reparar eventuais danos causados à Companhia em quaisquer dos casos acima.

Violações ao Código podem ter consequências graves para a MRS e para os indivíduos envolvidos. Condutas que possam ser consideradas criminosas, além de implicarem a rescisão contratual e a extinção do vínculo do parceiro com a MRS, serão encaminhadas às autoridades competentes para investigação e podem resultar em processos e/ou condenações, na forma da legislação aplicável.

**órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O atual Código de Conduta Ética, as políticas a ele relacionadas e o Código de Conduta Ética para Terceiros foram aprovados pela Presidência e Diretoria em 11 de dezembro de 2017 e pode ser consultado no *site* da MRS ([www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br)).

### **b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

**se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A MRS possui Canal de Denúncia gerenciado internamente, denominado "Linha Direta com a Auditoria".

**se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Colaboradores e terceiros podem acessar o "Linha Direta com a Auditoria", que está disponível no site da empresa ([www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br)), podendo a denúncia ser efetuada em sistema específico ou via 0800 (ligação gratuita), com anonimato garantido.

**se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O anonimato é garantido. O denunciante recebe um protocolo da denúncia, com o qual pode verificar o andamento da apuração, bem como pode estabelecer contato com os responsáveis pela apuração, sempre de forma anônima, com o intuito de adicionar ou refinar os dados e fatos descritos.

**órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Os trabalhos de apuração das denúncias na MRS estão a cargo da Gerência Geral de Auditoria Interna de Gestão de Riscos, diretamente subordinada ao Conselho de Administração.

### **c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A MRS não possui normas internas sobre fusão, aquisição e reestruturações societárias e tais eventos não ocorreram em 2019.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, visto que a Companhia adotou medidas neste sentido.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

**5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

### **Riscos Ambientais:**

Os processos de gerenciamento de risco ambientais vêm sendo aperfeiçoados ao longo do tempo com o intuito de prever e corrigir possíveis desvios, falhas ou imperfeições que possam colocar em xeque qualquer área de atuação da Companhia que tenha interface com questões ligadas direta ou indiretamente ao meio ambiente e suas normas reguladoras e legislação pertinente.

No exercício social encerrado em 2019, não houve alterações significativas nos riscos ambientais ou nos processos de gerenciamento dos mesmos e não há expectativas de aumento na exposição da Companhia a tais riscos. Os riscos estão diminuindo ao passo que a Companhia investe em ações de adequações ambientais de seus processos, prevenção de incidentes, relação com os órgãos ambientais e regulatórios, proximidade com a comunidade e treinamento e conscientização de seus funcionários.

Em 2020, a Companhia continua o trabalho de revisão do processo de Análise de Risco, Programa de Gerenciamento de Risco e Plano e Atendimento a Acidentes.

### **Riscos Corporativos**

Não ocorreram alterações significativas nos principais riscos da MRS, entretanto, uma nova metodologia de levantamento de riscos corporativos, focada em riscos que afetam o atingimento do Plano Diretor da MRS, foi aprovada pelo Conselho de Administração, e será elaborada em 2020, com previsão de entrega em dezembro.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações relevantes além daquelas já mencionadas na seção 5 deste Formulário de Referência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10. Comentários dos Diretores

#### 10.1. Os diretores devem comentar sobre:

##### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

##### a.1. condições financeiras e patrimoniais gerais em 2019

A MRS encerrou o ano de 2019 com 146,9 milhões de toneladas transportadas, registrando uma queda de 15,9% em relação ao ano anterior. Este declínio pode ser explicado pela queda da barragem em Brumadinho (MG), no começo do ano, e seus desdobramentos. Entretanto, os diretores destacam que houve um aumento de 6,9% no volume da Carga Geral (grupo composto por produtos agrícolas, siderúrgicos, cimento, contêineres, dentre outros), que, pela primeira vez em um ano, atingiu o percentual de 40,4% de participação no mix transportado, compensando levemente a retração no transporte de minério de ferro, em linha com a estratégia da Companhia de diversificação da carga transportada.

Os diretores também informam que, em 2019, o Transit Time do minério de ferro, indicador que calcula o tempo de transporte (da origem até o destino) da principal carga da Companhia, também melhorou. Atingiu 19,08 horas, melhor resultado em toda a série histórica. De acordo com os diretores, esta evolução de 2,0% foi reflexo dos investimentos realizados pela Companhia ao longo dos anos anteriores - tais como aquisição das locomotivas GE AC-44 e do sistema CBTC (Communication Based Train Control) - que tornam a operação mais produtiva e mais segura, bem como pela redução no fluxo de trens em virtude da ocorrência em Brumadinho (MG).

Em 2019, a Companhia realizou investimentos na ordem de R\$ 747,5 milhões, abaixo do verificado em 2018 (que correspondeu a R\$ 819,1 milhões). Segundo a diretoria, esta retração do volume de investimentos em 2019 pode ser verificada, principalmente, em razão da priorização das iniciativas de investimentos essenciais à manutenção da produção e sustentabilidade do negócio.

Os diretores apresentam na tabela abaixo os principais indicadores financeiros da MRS em 2019 e a sua comparação com 2018.

Resultados Anuais	2019	2018	2019 x 2018
Receita Bruta (R\$ milhões)	3.483,7	4.083,6	-14,7%
Tarifa Média Bruta (R\$/ton)	23,7	23,4	1,3%
Receita Líquida (R\$ milhões)	3.200,8	3.726,4	-14,1%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	21,8	21,3	2,3%
EBITDA <sup>1</sup> (R\$ milhões)	1.963,9	1.543,2	27,3%
Margem EBITDA (%)	61,4%	41,4%	20,0 p.p
Lucro Líquido (R\$ milhões)	503,4	521,6	-3,5%
Dívida Líquida/EBITDA (x)	1,19x	1,38x	-0,19x

<sup>1</sup> EBITDA acumulado 12 meses.

Em 2019, a Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 3,2 bilhões. Segundo os diretores, a redução verificada em relação a 2018, é explicada, principalmente, pela queda da barragem em Brumadinho (MG) e suas consequências.

O EBITDA de 2019 foi de R\$ 1,96 bilhão, 27,3% acima do verificado em 2018. Segundo a diretoria, contribuíram para este melhor resultado a adoção da norma contábil CPC06-

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R2/IFRS16, que realocou os custos de alguns contratos de arrendamento operacional, pela redução no consumo de combustível, em decorrência do menor volume transportado, pelo empenho da Companhia para redimensionar e reduzir seus gastos operacionais e o resultado favorável em outras receitas e despesas.

O resultado final de 2019 foi um Lucro Líquido de R\$ 503,4 milhões, que representou uma pequena retração de 3,5% em relação ao verificado em 2018. Os diretores esclarecem que este resultado alcançado em 2019 representou a política constante da busca pela eficiência dos gastos, além da melhora do desempenho em Carga Geral, e provisão das cláusulas contratuais que constam nos contratos de longo prazo da Companhia - *Take or Pay*.

O índice de endividamento da Companhia medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA melhorou na comparação com 2018, encerrando 2019 em 1,19x, refletindo o foco sustentável na gestão de recursos, controle da baixa alavancagem e boa performance operacional.

A Companhia possui nota de classificação de risco (rating) atribuída pelas agências de classificação de risco *Standard & Poor's (S&P)* e *Fitch Ratings (Fitch)*. Em 2019, ambas as agências reafirmaram os ratings da Companhia que são 'brAAA' pela S&P e 'brAAA' pela Fitch.

### a.2. condições financeiras e patrimoniais gerais em 2018

No ano de 2018 a MRS apresentou o melhor resultado de sua série histórica relativo ao volume transportado, com 174,6 milhões de toneladas transportadas, crescimento de 2,1% comparado à 2017 e de 3,5% em relação à 2016. Além do recorde de produção, os diretores destacam que, em 2018, a Companhia verificou um aumento na participação da Carga Geral (produtos agrícolas, siderúrgicos, cimento, contêineres dentre outros), que atingiu 32% do volume transportado e compensou a queda verificada no transporte de minério de ferro. Dentre os volumes de produção da Companhia, os diretores comentam que a queda de 0,9% no transporte do grupo Mineração (anteriormente denominado *Heavy Haul*), que registrou 119 milhões de toneladas de carga transportada no ano de 2018, é explicada pela redução dos volumes de minério de ferro destinado ao mercado externo, tendo em vista que este ano ficou marcado por dificuldades enfrentadas pelos clientes da Companhia devido às oscilações nos preços do minério de ferro no mercado internacional oriundas dos níveis exigidos de pureza do produto e do aumento de produção em sistemas de exportação. Sobre o transporte de produtos do grupo carga geral, os diretores informam que houve crescimento de 9,1% na comparação entre 2018 e 2017, atingindo 55,5 milhões de toneladas transportadas, e que este bom resultado é explicado pela melhor performance no transporte de produtos agrícolas, refletindo as melhores safras de milho e soja, e pela retomada da produção do setor siderúrgico.

Os diretores também informam que, em 2018, a MRS continuou a buscar a melhoria dos seus indicadores de eficiência operacional, como o consumo de combustível (diesel), que foi reduzido de 2,463 para 2,446 L/TKB (litro/mil tonelada bruta por km) na comparação com 2017. Outro importante indicador, o Transit Time (medido em horas), da origem ao destino nos fluxos de minério de ferro destinados à exportação melhorou, passando de 19,50 horas em 2017 para 19,47 horas em 2018. De acordo com os diretores, essas melhorias operacionais refletem o trabalho contínuo da Companhia para incrementar seus ganhos de eficiência operacional e financeira, além dos investimentos realizados nos últimos anos, como a aquisição de locomotivas mais modernas, GE AC-44, o emprego do *CBTC (Communication Based Train Control)* e o projeto *AESS (Automatic Engine Start Stop)*, que tornam as operações da MRS mais seguras e eficientes.

Em 2018, a Companhia realizou investimentos na ordem de R\$ 819,1 milhões, acima do verificado em 2017 (que correspondeu a R\$ 751,8 milhões). Segundo a diretoria, o aumento

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do volume de investimentos em 2018 pode ser verificado, principalmente, nos projetos de confiabilidade e modernização da via permanente e material rodante (vagões e locomotivas).

Os diretores apresentam na tabela abaixo os principais indicadores financeiros da MRS em 2018 e a sua comparação com 2017.

Resultados Anuais	2018	2017	2018 x 2017
Receita Bruta (R\$ milhões)	4.083,6	3.870,3	5,5%
Tarifa Média Bruta (R\$/ton)	23,3	22,6	3,1%
Receita Líquida (R\$ milhões)	3.726,4	3.492,8	6,7%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	21,3	20,4	4,6%
EBITDA (R\$ milhões)	1.543,2	1.429,0 <sup>1</sup>	8,0%
Margem EBITDA (%)	41,4%	40,9% <sup>1</sup>	0,5pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	521,6	434,5 <sup>1</sup>	20,0%
Dívida Líquida/EBITDA <sup>2</sup> (x)	1,38x	1,50x	-0,12x

<sup>1</sup> Nos resultados ajustados são desconsiderados os eventos não-recorrentes

<sup>2</sup> EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (resultado não ajustado, ou seja, considerando os eventos não-recorrentes)

Os diretores informam que foi ajustado um evento não-recorrente no resultado do EBITDA e do Lucro Líquido de 2017, que foi a venda de ativos obsoletos no 1T17. Tal ajuste resultou em uma diferença no valor indicado acima e no valor disposto no Formulário de Referência divulgado em 2018. A conciliação desses números ajustados com os números contábeis pode ser verificada no Relatório Anual 2017 e 2018 da Companhia.

Em 2018, a Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 3,7 bilhões, que, segundo os diretores, foi a maior já verificada, refletindo as melhores tarifas praticadas ao longo de 2018.

O EBITDA de 2018 foi de R\$ 1,5 bilhões, 8,0% acima do verificado em 2017. Segundo a diretoria, contribuíram para este melhor resultado o aumento da Receita Líquida e o resultado favorável em outras receitas e despesas.

O Lucro Líquido da Companhia em 2018 ficou 20,0% acima do verificado em 2017, registrando R\$ 521,6 milhões. Os diretores esclarecem que este resultado é fruto tanto da maior eficiência operacional, medida pelo EBITDA ajustado, quanto da redução das despesas financeiras líquidas, explicada pelo menor nível de endividamento e pela queda nos índices que remuneram a dívida, como o CDI e o IPCA.

O índice de endividamento da Companhia medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA melhorou na comparação com 2017, encerrando 2018 em 1,38x, refletindo as melhorias operacionais e a redução do endividamento, comentados pela diretoria logo acima.

A Companhia possui nota de classificação de risco (rating) atribuída pelas agências de classificação de risco *Standard & Poor's* (S&P) e *Fitch Ratings* (Fitch). Em 2018, ambas as agências reafirmaram os ratings da Companhia que são 'brAAA' pela S&P e 'brAAA' pela Fitch.

### a.3. condições financeiras e patrimoniais gerais em 2017.

O ano de 2017 marcou um recorde de volume para a MRS até então, superado apenas pelo volume verificado em 2018 (conforme acima), com 171,0 milhões de toneladas transportadas, crescimento de 1,4% comparado à 2016 e de 2,3% em relação à 2015. Além do recorde de produção, os diretores destacam que em 2017, a Companhia verificou um aumento na participação da Carga Geral (produtos agrícolas, siderúrgicos, cimento, contêineres dentre



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

outros), que atingiu 30% do volume transportado e compensou a queda verificada no transporte de minério de ferro. Dentre os volumes de produção da Companhia, os diretores comentam que a queda de 4,9% no transporte do grupo Mineração (anteriormente denominado *Heavy Haul*), que registrou 116,9 milhões de toneladas de carga transportada no ano de 2017, é explicada pela redução dos volumes de minério de ferro destinado ao mercado externo, já que foi constatado aumento de 0,4% e 42,7% no volume transportado de minério de ferro e carvão para consumo interno, respectivamente, na comparação entre 2017 e 2016. Sobre o transporte de produtos do grupo Carga Geral, os diretores informam que houve crescimento de 20,0% na comparação entre 2017 e 2016, atingindo 50,9 milhões de toneladas transportadas, e que este bom resultado é explicado pela melhor performance no transporte de produtos agrícolas, refletindo as melhores safras de milho e soja, e pela retomada da produção do setor siderúrgico.

Os diretores também informam que, em 2017, a MRS continuou a buscar a melhoria dos seus indicadores de eficiência operacional, como o consumo de combustível (diesel), que foi reduzido de 2,485 para 2,463 L/TKB (litro/mil tonelada bruta por km) na comparação com 2016. Outro importante indicador, o Transit Time (medido em horas), da origem ao destino nos fluxos de minério de ferro destinados à exportação melhorou, passando de 19,53 horas em 2016 para 19,50 horas em 2017. De acordo com os diretores, essas melhorias operacionais refletem o trabalho contínuo da Companhia para incrementar seus ganhos de eficiência operacional e financeira, além dos investimentos realizados nos últimos anos, como a aquisição de locomotivas mais modernas, GE AC-44, o emprego do *CBTC (Communication Based Train Control)* e o projeto *AESS (Automatic Engine Start Stop)*, que tornam as operações da MRS mais seguras e eficientes.

Em 2017, a Companhia realizou investimentos na ordem de R\$ 751,8 milhões, acima do verificado em 2016 (que correspondeu a R\$ 587,6 milhões). Segundo a diretoria, o aumento do volume de investimentos em 2017 pode ser verificado, principalmente, nos projetos de confiabilidade e modernização da via permanente e material rodante (vagões e locomotivas).

Os diretores apresentam na tabela abaixo os principais indicadores financeiros da MRS em 2017 e a sua comparação com 2016.

Resultados Anuais	2017	2016	2017 x 2016
Receita Bruta (R\$ milhões)	3.870,3	3.635,7	6,5%
Tarifa Média Bruta (R\$/ton)	22,6	21,6	4,6%
Receita Líquida (R\$ milhões)	3.492,8	3.279,4	6,5%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	20,4	19,4	5,2%
EBITDA <sup>1</sup> (R\$ milhões)	1.429,0	1.307,0	9,3%
Margem EBITDA (%)	40,9%	39,9%	1,0%
Lucro Líquido (R\$ milhões)	434,5	310,1	40,1%
Dívida Líquida/EBITDA (x)	1,50x	1,66x	-0,16x

<sup>1</sup> Nos resultados ajustados foram desconsiderados dois eventos não-recorrentes, que foram a venda de ativos no 4T16 e no 1T17 e o acordo com a MUSA no 1T16

<sup>2</sup> EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (resultado não ajustado, ou seja, considerando os eventos não-recorrentes)

Os diretores informam que foram ajustados dois eventos não-recorrentes nos resultados do EBITDA e do Lucro Líquido de 2017 e de 2016, que foram a venda de ativos obsoletos no 4T16

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e no 1T17 e o acordo com o a Mineração Usiminas S.A. (“MUSA”) no 1T16. Tais ajustes resultaram em diferenças nos valores indicados acima e nos valores dispostos no Formulário de Referência divulgado em 2017. A conciliação desses números ajustados com os números contábeis pode ser verificada no Relatório Anual 2017 da Companhia.

Em 2017, a Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 3,4 bilhões, que, segundo os diretores, foi a maior já verificada, refletindo as melhores tarifas praticadas ao longo de 2017.

O EBITDA ajustado de 2017 foi de R\$ 1,3 bilhões, 9,3% acima do verificado em 2016. Segundo a diretoria, contribuíram para este melhor resultado o aumento da Receita Líquida e a maior eficiência em custos, especialmente em combustível.

O Lucro Líquido Ajustado da Companhia em 2017 ficou 40,9% acima do verificado em 2016, registrando R\$ 434,6 milhões. Os diretores esclarecem que este resultado é fruto tanto da maior eficiência operacional, medida pelo EBITDA ajustado, quanto da redução das despesas financeiras líquidas, explicada pelo menor nível de endividamento e pela queda nos índices que remuneram a dívida, como o CDI e o IPCA.

O índice de endividamento da Companhia medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA melhorou na comparação com 2016, encerrando 2017 em 1,50x, refletindo as melhorias operacionais e a redução do endividamento, comentados pela diretoria logo acima.

A Companhia possui nota de classificação de risco (rating) atribuída pelas agências de classificação de risco *Standard & Poor's (S&P)* e *Fitch Ratings (Fitch)*. Em 2017, ambas as agências reafirmaram os ratings da Companhia que são ‘brAA-’ pela S&P e ‘brAAA’ pela Fitch.

### b. estrutura de capital:

A Companhia busca a otimização de sua estrutura de capital com ênfase na redução de custos financeiros. A tabela abaixo resume a estrutura de capital da Companhia nos três últimos exercícios, apresentando o padrão de financiamento de suas operações:

Em R\$ milhões	2019	2018	2017
Patrimônio Líquido (PL)	4.221,4	3.968,0	3.664,8
Capital de Terceiros (CT)	6.502,1	4.051,0	4.179,2
Passivo Circulante	1.749,3	1.176,1	1.394,7
Passivo Não Circulante	4.752,8	2.874,9	2.784,5
Participação do Capital Próprio (PL)	39%	49%	47%
Participação do Capital de Terceiros (CT)	61%	51%	53%

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, os diretores acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes, bem como que a Companhia tem condições de, se necessário, obter novos recursos junto a instituições financeiras públicas e privadas ou no mercado de capitais, de forma a cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possam garantir que tal situação permanecerá inalterada. Os resultados dos principais indicadores de capacidade de pagamento de dívida utilizados pela Companhia são detalhados no item 10.1.f (iv) abaixo.

Os diretores da Companhia entendem que, em condições normais de mercado, a sólida geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações existentes.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os diretores destacam que as análises de dois importantes indicadores são relevantes para garantir a capacidade de pagamento da Companhia, quais sejam:

- (i) O indicador Dívida Líquida/EBITDA, que ficou em 1,19x em 2019, inferior (melhor) comparado ao apurado em 2018, que foi 1,38x, e em 2017, que registrou 1,50x. O limite financeiro (*covenant*) mais restrito negociado com os credores da Companhia para este indicador foi de, no máximo, 2,5x ao final de 2019, 2018 e 2017. Logo, nos exercícios sociais encerrados em 2019, 2018 e 2017, a Companhia cumpriu o *covenant* estabelecido com seus credores; e
- (ii) O indicador EBITDA/Despesa Financeira Líquida, que em 2019 foi de 11,79x, melhor do que o verificado em 2018, 10,00x, e em 2016, 7,85x. Logo, nos exercícios sociais encerrados em 2019, 2018 e 2017, a Companhia também cumpriu este *covenant* firmado junto aos credores, que estabeleceram valor superior a 4,0x.

Os diretores ressaltam ainda que a Companhia possui os seguintes mecanismos de proteção contratual, que garantem um fluxo de receita mínimo anual, conforme acordado nos contratos com seus clientes cativos, que são também os controladores da Companhia:

- (i) *Take or Pay*: prevê o pagamento de um valor mínimo por ano à MRS, tendo por base um volume acordado entre a Companhia e referido cliente, independentemente de o transporte ter ocorrido.
- (ii) Gatilho: prevê reajuste na tarifa cobrada do cliente a fim de repassar um eventual aumento no custo do óleo diesel, combustível utilizado nas locomotivas e um dos principais custos da Companhia.

### d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os diretores informam que as fontes de recursos utilizadas pela Companhia para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes foram a geração de caixa operacional, empréstimos e financiamentos e emissão de valores mobiliários no mercado de capitais.

A esse respeito, os diretores acrescentam que a Companhia utiliza linhas bancárias de longo prazo, bem como analisa constantemente as opções de financiamento via mercado de capitais, já tendo realizado 9 (nove) emissões de debêntures desde a sua criação. Com relação aos três últimos exercícios sociais, note-se que foi realizada em 2019 a 9ª emissão de debêntures da Companhia, no valor de R\$ 650 milhões e em 2017 a 8ª emissão de debêntures da Companhia, no valor de R\$ 400,0 milhões.

Os diretores destacam, ainda, que a MRS está inserida no setor de infraestrutura, considerado estratégico na visão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Desta forma, a Companhia consegue financiar seus investimentos em via permanente, vagões e locomotivas com linhas específicas deste banco, com taxas de juros e prazos de pagamento compatíveis com a característica de longa maturação deste tipo de investimento.

Em relação ao financiamento para capital de giro, os diretores destacam que a Companhia auferir prazo médio de recebimento curto, possuindo forte geração de caixa e, por isso, os financiamentos com a finalidade de fortalecer o capital de giro quase não são utilizados. Em contrapartida, os diretores acreditam que a Companhia busca sempre as melhores oportunidades no mercado para alongar o prazo médio de sua dívida e reduzir seu custo financeiro. Desta forma, na opinião dos diretores, as fontes de financiamento que não são

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

atreladas aos investimentos da Companhia foram tomadas para melhoria do perfil da sua dívida.

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia consulte o item 10.1.f (i) abaixo.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

A diretoria da MRS entende que, caso ocorram deficiências de liquidez, poderão ser utilizadas fontes bancárias de prazo mais longo ou ainda operações via mercado de capitais.

O detalhamento das informações a respeito dos limites dos financiamentos já contratados encontra-se disponível no item 10.1.g abaixo.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

A tabela a seguir demonstra o nível de endividamento, considerando o passivo circulante e não circulante:

Em R\$ milhões	2019	2018	2017
<b>Total do Passivo</b>	<b>6.502,1</b>	<b>4.051,0</b>	<b>4.179,2</b>
Passivo Circulante	1.749,3	1.176,1	1.394,7
Passivo Não Circulante	4.752,8	2.874,9	2.784,5

As informações do endividamento apresentadas no quadro abaixo, dizem respeito apenas ao passivo oneroso, diferente do apresentado na tabela acima.

Em R\$ milhões	2019	%	2018	%	2017	%
Dívida de Curto Prazo	682,6	22,7%	426,7	17,0%	682,5	24,9%
Dívida de Longo Prazo	2.324,3	77,3%	2.081,9	83,0%	2.056,5	75,1%
<b>Total Dívida Bruta</b>	<b>3.006,9</b>	<b>100%</b>	<b>2.508,6</b>	<b>100%</b>	<b>2.739,0</b>	<b>100%</b>

### I - Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os diretores informam que os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R\$3.081,0 milhões em 2019, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Em R\$ milhões	2019	2018	2017
<b>Debêntures</b>	<b>1.807,1</b>	<b>1.128,6</b>	<b>1.209,5</b>
<b>BNDES - Operações Diretas e Indiretas</b>	<b>669,9</b>	<b>784,5</b>	<b>994,8</b>
<b>Banco MUFG</b>	<b>617,1</b>	<b>587,1</b>	<b>496,3</b>
<b>EX-IM Bank USA</b>	<b>-</b>	<b>8,4</b>	<b>35,8</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	-	-	8,1
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	-	-	2,2
Arrendamento Mercantil	-	29,7	14,6
Perdas com Instrumentos Financeiros e Derivativos	12,3	24,4	10,1
Custos da Transação	-25,5	-26,7	-32,4
Total Dívida Bruta <sup>1</sup>	3.081,0	2.536,0	2.739,0

<sup>1</sup> Os valores acima não consideram o resultado líquido das operações de swap

**II - Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Os diretores informam que não há outras relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras que não estejam descritas no item I acima.

**III - Grau de subordinação entre as dívidas**

Os diretores informam que não foram estabelecidas cláusulas de subordinação entre as dívidas da Companhia, sendo o grau de subordinação entre elas determinado pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 11.101/2005. Porém, para algumas das dívidas pendentes tomadas pela Companhia foram constituídas garantias específicas (o que pode afetar a posição dos respectivos créditos no âmbito de eventual concurso de credores, nos termos da legislação em vigor), quais sejam:

**1) BNDES (DULC/FINEM):<sup>1</sup>**

- Penhor de recebíveis (contratos de prestação de serviços);
- Cessão de 90% do “Direito à Indenização por Rescisão” relativa ao eventual término antecipado do Contrato de Concessão e/ou do Contrato de Arrendamento;

<sup>1</sup>As garantias foram revistas e algumas retiradas dos contratos com o Banco.

**2) BNDES (operações de FINAME e FINEM) para a aquisição de material rodante, vagões e locomotivas:**

- Penhor dos bens financiados (vagões e/ou locomotivas).

**3) Outros financiamentos (incluindo a 7ª, a 8ª e a 9ª Emissões de Debêntures):**

- Operações sem garantia.

**IV - eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Os diretores informam abaixo os contratos financeiros que possuem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*):

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Contratos	Indicadores	2019	2018	2017
BNDES	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 2,5 <sup>1</sup>	Menor ou igual a 2,5 <sup>1</sup>	Menor ou igual a 2,5 <sup>1</sup>
Banco MUFG	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,0
Debêntures 5ª Emissão	Dívida Líquida/EBITDA	-	-	Menor ou igual a 3,0
	EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas	-	-	Maior que 4,0 ou menor que 0 (zero)
Debêntures 6ª Emissão	Dívida Líquida/EBITDA	-	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,0
	EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas	-	Maior que 4,0 ou menor que 0 (zero)	Maior que 4,0 ou menor que 0 (zero)
Debêntures 7ª Emissão	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,0
	EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas	Maior que 4,0 ou menor que 0 (zero)	Maior que 4,0 ou menor que 0 (zero)	Maior que 4,0 ou menor que 0 (zero)
Debêntures 8ª Emissão	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,5 <sup>2</sup>	Menor ou igual a 3,0 <sup>2</sup>	Menor ou igual a 3,0 <sup>2</sup>
	EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas	Maior que 3,5 ou menor que 0 (zero) <sup>3</sup>	Maior que 4,0 ou menor que 0 (zero) <sup>3</sup>	Maior que 4,0 ou menor que 0 (zero) <sup>3</sup>
Debêntures 9ª Emissão	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,5 <sup>2</sup>	-	-

<sup>1</sup> A Companhia obteve anuência do BNDES para que nas medições de dezembro de 2016 o índice Dívida Líquida/EBITDA fosse repactuada de menor ou igual a 2,5 para menor ou igual a 3,0

<sup>2</sup> A escritura das 8ª e 9ª emissão de debêntures prevê a repactuação automática do *covenant* Dívida Líquida/EBITDA de menor ou igual a 3,0 para menor ou igual a 3,5 após a liquidação da totalidade das debêntures da 6ª emissão.

<sup>3</sup> A escritura da 8ª emissão de debêntures prevê a repactuação automática do *covenant* EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas de maior ou igual a 4,0 ou menor que 0 (zero) para maior ou igual a 3,5 ou menor que 0 (zero) após a liquidação da totalidade das debêntures da 6ª emissão

<sup>4</sup> A partir de maio/2020 o índice Dívida Líquida/EBITDA, hoje menor ou igual a 3,5, passa a ser menor ou igual a 3,0

As três emissões de debêntures ativas da Companhia (7ª, 8ª e 9ª emissões) possuem as seguintes restrições, além dos *covenants* financeiros listados na tabela acima:

**(a) Debêntures 7ª Emissão:**

(i) Restrição à alienação de ativos imposta somente a ativos permanentes que representem em um período de 12 meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 100.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação.

(ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, previsto no estatuto social da Emissora, que não tenham sido declarados até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvando o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (b) Debêntures 8ª Emissão:

(i) Restrição à alienação de ativos imposta somente a ativos permanentes que representem em um período de 6 meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 150.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando a maioria absoluta debêntures em circulação.

(ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, previsto no estatuto social da Emissora, que não tenham sido declarados até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvando o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

### (c) Debêntures 9ª Emissão:

- (i) Restrição à alienação de ativos não-circulantes que representem valor igual ou superior a 15% (quinze por cento) dos ativos não-circulantes, em relação às demonstrações financeiras auditadas e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, atualizado monetariamente pelo IPCA na menor periodicidade permitida pela lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, exceto em caso de: (i) alienação ou permuta de bens, quando realizada com a finalidade única e exclusiva de substituição do referido bem ou no caso de obsolescência do referido bem para o curso regular dos negócios; (ii) alienações em razão da renovação da Concessão, desde que não impacte negativamente o EBITDA da Emissora; ou (iii) se previamente autorizado pelo Agente Fiduciário
- (ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Vencimento Antecipado, previsto no estatuto social vigente da Emissora, que não tenha sido declarada até a data de celebração desta Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

**Os diretores informam que nos exercícios sociais encerrados em 2019, 2018 e 2017, a Companhia cumpriu os *covenants* financeiros e as demais restrições estabelecidas pelos credores.**

Além das restrições acima, a 7ª emissão de debêntures da Companhia possui cláusulas de vencimento antecipado automático relacionadas ao rebaixamento da classificação de risco da Companhia em 2 ou mais *notches* em relação ao rating na data de emissão das debêntures. As debêntures da 8ª e 9ª emissões não possuem cláusula de vencimento antecipado automático relacionado ao rebaixamento da classificação de risco da Companhia. A diretoria informa, ainda, que não houve eventos de vencimento antecipado de suas dívidas nos exercícios sociais encerrados em dezembro de 2019, dezembro de 2018 e em dezembro de 2017.

### **g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados**

As tabelas abaixo mostram os financiamentos contratados e parcialmente utilizados nos períodos abaixo indicados:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Em R\$ milhões

**Dezembro/2019**

<b>Credor</b>	<b>Valor Contratado</b>	<b>Valor Tomado</b>	<b>Saldo Utilizado</b>	<b>Valor Disponível <sup>1</sup></b>
BNDDES Direto	332,4	240,0	72%	92,4
BNDDES Indireto	0,0	0,0	0%	0,0
<b>Total</b>	<b>332,4</b>	<b>240,0</b>	<b>72%</b>	<b>92,4</b>

<sup>1</sup> Uma linha de financiamento direta foi contratada em 2019**Dezembro/2018**

<b>Credor</b>	<b>Valor Contratado</b>	<b>Valor Tomado</b>	<b>Saldo Utilizado</b>	<b>Valor Disponível <sup>1</sup></b>
BNDDES Direto	252,4	100,0	40%	152,4
BNDDES Indireto	0,0	0,0	0%	0,0
<b>Total</b>	<b>252,4</b>	<b>100,0</b>	<b>40%</b>	<b>152,4</b>

<sup>1</sup> Uma linha de financiamento direta foi contratada em 2018**Dezembro/2017**

<b>Credor</b>	<b>Valor Contratado</b>	<b>Valor Tomado</b>	<b>Saldo Utilizado</b>	<b>Valor Disponível <sup>1</sup></b>
BNDDES Direto	6,1	3,9	64%	2,2
BNDDES Indireto	14,1	14,1	100%	0,0
<b>Total</b>	<b>20,2</b>	<b>18,0</b>	<b>89%</b>	<b>2,2</b>

<sup>1</sup> Uma linha de financiamento direta foi encerrada em 2017 e uma nova linha de financiamento indireto foi contratada e integralmente utilizada

Segundo os diretores, os contratos acima possuem prazos longos de pagamento e têm como finalidade o financiamento de material rodante, obras civis e tecnologia para material rodante.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As tabelas abaixo apresentam a demonstração do resultado do exercício e o balanço patrimonial dos últimos 3 anos, com suas respectivas análises verticais e horizontais:



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<u>MRS LOGÍSTICA S.A.</u>								
COMPARATIVO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2017, 2018 E 2019								
(Em milhões de reais)								
	2017	% Vertical	2018	% Vertical	2019	% Vertical	% Horizontal 2017/2018	% Horizontal 2018/2019
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	3.492,8	100,0%	3.726,5	100,0%	3.200,8	100,0%	6,7%	-14,1%
Custo dos serviços prestados	(2.307,1)	-66,1%	(2.476,5)	-66,5%	(2.377,8)	-74,3%	7,3%	-4,0%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.185,7</b>	<b>33,9%</b>	<b>1.250,0</b>	<b>33,5%</b>	<b>823,0</b>	<b>25,7%</b>	<b>5,4%</b>	<b>-34,2%</b>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS								
Despesas com vendas	(11,7)	-0,3%	(14,5)	-0,4%	(14,0)	-0,4%	23,9%	-3,4%
Despesas gerais e administrativas	(196,3)	-5,6%	(212,8)	-5,7%	(222,5)	-7,0%	8,4%	4,6%
Outras receitas/(despesas) operacionais	(75,1)	-2,2%	(84,0)	-2,3%	456,1	14,2%	11,9%	-643,0%
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>902,5</b>	<b>25,8%</b>	<b>938,7</b>	<b>25,2%</b>	<b>1.042,6</b>	<b>32,6%</b>	<b>4,0%</b>	<b>11,1%</b>
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	130,4	3,7%	270,7	7,3%	312,5	9,8%	107,6%	15,4%
Despesas financeiras	(317,7)	-9,1%	(425,0)	-11,4%	(597,4)	-18,7%	33,8%	40,6%
	(187,3)	-5,4%	(154,3)	-4,1%	(284,9)	-8,9%	-17,6%	84,6%
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>715,2</b>	<b>20,5%</b>	<b>784,4</b>	<b>21,0%</b>	<b>757,7</b>	<b>23,7%</b>	<b>9,7%</b>	<b>-3,4%</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL								
Corrente	(288,3)	-8,3%	(296,9)	-8,0%	(391,5)	-12,2%	3,0%	31,9%
Diferido	34,3	1,0%	34,1	0,9%	137,2	4,3%	-0,6%	302,3%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>461,2</b>	<b>13,2%</b>	<b>521,6</b>	<b>14,0%</b>	<b>503,4</b>	<b>15,7%</b>	<b>13,1%</b>	<b>-3,5%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

MRS LOGÍSTICA S.A.								
COMPARATIVO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2017, 2018 e 2019								
(Em milhões de reais)								
ATIVO	2017	% Vertical	2018	% Vertical	2019	% Vertical	% Horizontal 2017/2018	% Horizontal 2018/2019
<b>CIRCULANTE</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	422,8	5,4%	276,7	3,5%	668,3	6,2%	-34,6%	141,5%
Caixa restrito	62,2	0,8%	69,3	0,9%	2,0	0,0%	11,4%	-97,1%
Contas a receber de clientes (*)	278,6	3,6%	247,2	3,1%	899,7	8,4%	-11,3%	264,0%
Outras contas a receber	3,0	0,0%	16,0	0,2%	8,4	0,1%	433,3%	-47,5%
Estoques	85,9	1,1%	107,6	1,3%	119,5	1,1%	25,3%	11,1%
Tributos a recuperar	96,1	1,2%	108,4	1,3%	90,9	0,8%	12,8%	-16,1%
Despesas antecipadas	17,6	0,2%	24,0	0,3%	18,0	0,2%	36,4%	-25,0%
Instrumentos financeiros derivativos	39,6	0,5%	34,6	0,4%	51,6	0,5%	-12,6%	49,1%
Outros ativos circulantes	14,9	0,2%	17,7	0,2%	20,1	0,2%	18,8%	13,6%
Total do ativo circulante	1.020,6	13,0%	901,5	11,2%	1.878,5	17,5%	-11,7%	108,4%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Realizável a longo prazo								
Caixa Restrito	1,7	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-100,0%	0,0%
Contas a receber de clientes (*)	145,1	1,9%	224,0	2,8%	175,2	1,6%	54,4%	-21,8%
Outras contas a receber	54,0	0,7%	52,1	0,6%	85,2	0,8%	-3,5%	63,5%
Tributos a recuperar	43,2	0,6%	40,8	0,5%	92,8	0,9%	-5,6%	127,5%
Despesas antecipadas	151,9	1,9%	155,9	1,9%	4,9	0,0%	2,6%	-96,9%
Instrumentos financeiros derivativos	35,9	0,5%	48,4	0,6%	44,7	0,4%	34,8%	-7,6%
Outros ativos não circulantes	104,1	1,3%	114,3	1,4%	126,9	1,2%	9,8%	11,0%
Imobilizado	6.234,5	79,6%	6.437,7	80,3%	6.417,6	59,8%	3,3%	-0,3%
Direito de uso em arrendamento	-	0,0%	-	0,0%	1.852,6	17,3%	0,0%	100,0%
Intangível	42,9	0,5%	44,5	0,6%	45,8	0,4%	3,7%	2,9%
Total do ativo não circulante	6.813,3	87,0%	7.117,7	88,8%	8.845,7	82,5%	4,5%	24,3%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>7.833,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.019,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.724,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,4%</b>	<b>33,7%</b>

(\*) Em 2018, para refletir de forma mais apropriada a composição das Contas a receber de clientes, Fornecedores e Adiantamento de clientes, a Companhia reclassificou nestas rubricas os valores referentes às Contas a receber com partes relacionadas e Passivos com partes relacionadas. Os valores comparativos no ativo circulante e não circulante e passivo circulante e não circulante foram reapresentados no Balanço Patrimonial dos anos anteriores para manter a consistência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(\*\*) Em 2018, para refletir de forma mais apropriada a composição de Empréstimos e financiamentos a Companhia reclassificou os valores referentes aos Arredamentos mercantis financeiros para uma nova rubrica no Balanço Patrimonial. Os valores comparativos no passivo circulante e não circulante foram reapresentados nos anos anteriores para manter a consistência.

Em função dessas alterações, alguns percentuais sofreram pequenas alterações em relação aos que foram apresentados nas versões anteriores do FR.

Seguem os comentários dos diretores referentes às principais variações ocorridas na Demonstração do Resultado dos períodos apresentados:

### Análise da Demonstração do Resultado para o Exercício Social de 2019 versus 2018

#### Receita líquida de serviços

A diretoria destaca que, em 2019, a receita líquida da Companhia teve uma redução de 14,1%. Essa queda é explicada pelo menor volume transportado, basicamente de minério de ferro, principal receita da Companhia, em comparação ao exercício de 2018, reflexo dos desdobramentos após o rompimento da barragem pertencente a Vale S.A, em Brumadinho (MG), ocorrido em 25 de janeiro de 2019.

No ano de 2019 o volume de transporte de carga geral cresceu contribuindo para reduzir o impacto da retração no transporte de minério de ferro.

#### Lucro bruto

A diretoria informa que o lucro bruto apresentou uma redução de 34,2% em comparação com o exercício de 2018 devido, basicamente, à retração da receita, conforme comentado no item “Receita líquida de serviços”.

#### Outras receitas/despesas operacionais

A diretoria informa que as outras receitas/despesas operacionais tiveram uma variação de R\$ 540,1 milhões em relação ao ano de 2018. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao reconhecimento de indenização prevista nos contratos de longo prazo da Companhia (*take or pay*), em decorrência da redução de volume no transporte de Minério.

Em contrapartida, houve acréscimo nas provisões jurídicas no âmbito trabalhista ocasionadas por mudança de prognóstico, decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o período e ao aumento da quantidade de ações judiciais.

#### Receitas/Despesas financeiras

A diretoria informa que o aumento de 84,6%, ou R\$130,6 milhões no resultado financeiro se deve, sobretudo, ao reconhecimento dos juros dos contratos de arrendamento, referente à adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16, a partir de 1º de janeiro de 2019.

#### Lucro líquido do exercício

A diretoria comunica que o lucro líquido de 2019 foi de R\$503,4 milhões, 3,5% inferior ao registrado no ano anterior.

O resultado da Companhia foi impactado negativamente pelo rompimento da barragem de Brumadinho (MG), que gerou redução no transporte de minério de ferro, principal receita da Companhia, sendo parcialmente compensado pelo reconhecimento do mecanismo de proteção de receita. A eficiência na gestão dos gastos também contribuiu significativamente para

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

amenizar os efeitos desse acontecimento, resultando em uma redução final de apenas R\$18,2 milhões no lucro líquido quando comparado com o exercício de 2018.

### **Análise da Demonstração do Resultado para o Exercício Social de 2018 versus 2017**

#### **Receita líquida de serviços**

A diretoria comenta que em 2018 a Companhia registrou faturamento líquido recorde com um aumento de 6,7%, alcançando R\$ 3.726,5 milhões, superando o exercício social de 2017. Este aumento é explicado pelo maior volume transportado, principalmente em função do acréscimo de carga geral, reajustes tarifários e por meio do incremento no *mix* dos produtos transportados.

#### **Custos dos serviços prestados**

Conforme explica a diretoria, os custos dos serviços prestados tiveram uma elevação de 7,3% devido a maiores gastos com: (i) combustíveis ocasionado pelos reajustes autorizados pelo Governo; (ii) mão de obra causado pela reoneração da folha de pagamento; (iii) serviços prestados para manutenção da via permanente; e (iv) depreciação e amortização em virtude de imobilizações ocorridas durante o ano. Este aumento foi parcialmente compensado pela redução dos custos com acidentes.

#### **Lucro bruto**

A diretoria informa que o lucro bruto teve um crescimento de 5,4% em comparação com o exercício de 2017 devido às variações positivas no faturamento, comentadas no item “Receita líquida de serviços”.

#### **Despesas com vendas**

A diretoria informa que o saldo de R\$ 14,5 milhões em 2018, que representa uma variação de 23,9% nas despesas com vendas em comparação com o exercício de 2017, deve-se à reoneração da folha de pagamentos e aumento das perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) com a adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

#### **Despesas gerais e administrativas**

O acréscimo de 8,4%, ou R\$ 16,5 milhões, nas despesas gerais e administrativas em comparação com o ano de 2017, de acordo com a diretoria, também é reflexo da reoneração da folha de pagamentos, aumento de despesas com danos ambientais, despesas com organização e sistemas. Em contrapartida houve redução, basicamente, nos honorários advocatícios.

#### **Outras receitas/despesas**

A diretoria informa que o resultado líquido de outras receitas/despesas operacionais em 2018, ficou pior em R\$8,9 milhões em relação ao ano de 2017. Apesar da redução significativa em outras despesas, a receita teve uma queda ainda maior, reflexo do evento não recorrente de venda de imobilizado ocorrida no ano anterior.

#### **Receitas financeiras**

A diretoria declara que a variação positiva de R\$ 140,3 milhões ou 107,6% nas receitas financeiras em comparação a 2017, se refere, principalmente, ao ganho com variação cambial e instrumentos financeiros derivativos - *Swap*.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Despesas financeiras

A diretoria informa que o aumento de 33,8%, ou R\$ 107,3 milhões nas despesas financeiras é devido ao aumento da variação cambial dos financiamentos em moeda estrangeira.

Imposto de renda e contribuição social correntes / Imposto de renda e contribuição social diferidos

A diretoria explica que o aumento de R\$ 8,8 milhões no imposto de renda e contribuição social corrente e diferido de 2018, quando comparado ao de 2017, está relacionado ao aumento no lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social de 9,7%, já explicado nos itens anteriores.

### Lucro líquido do exercício

A diretoria comunica que o lucro líquido de 2018 foi de R\$ 521,6 milhões, 13,1% superior ao registrado no ano anterior devido ao aumento do faturamento, complementado pela eficiência em custo, pela melhora no resultado financeiro em virtude da queda generalizada das taxas que norteiam a dívida da Companhia juntamente com os efeitos positivos dos mecanismos de proteção da dívida em moeda estrangeira.

### Análise do Balanço Patrimonial Dez-19 versus Dez-18

#### ATIVO

##### Caixa e equivalentes de caixa

A diretoria informa que o crescimento de R\$391,6 milhões no caixa e equivalentes de caixa deve-se, basicamente, ao maior volume de captações no primeiro semestre de 2019. As principais captações foram a 9ª emissão de debêntures e financiamentos junto aos bancos MUFG e BNDES.

##### Caixa restrito

A diretoria informa que a redução de 97,1% é decorrente da alteração junto ao BNDES de algumas garantias de empréstimos em vigor, classificados como "FINEM" e "DULC". O caixa restrito foi mantido somente com aplicações em CDB, como garantia ao contrato comercial de compra e venda de energia elétrica no mercado livre.

##### Contas a receber de clientes

A diretoria explica que o incremento de R\$603,7 milhões ocorrido em 2019 em comparação ao exercício de 2018, considerando curto e longo prazo deve-se, sobretudo, aos valores provisionados decorrentes de mecanismos de proteção da receita reconhecidos em 2019.

##### Clientes a Receber

	Em Milhões de Reais	
	2018	2019
Contas a receber de partes relacionadas	441,0	1.035,5
Clientes no país	31,3	40,5
Provisão para perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa	(1,1)	(1,1)
	<u>471,2</u>	<u>1.074,9</u>
Circulante	247,2	899,7
Não circulante	224,0	175,2

##### Outras contas a receber

A diretoria destaca que o acréscimo de R\$25,5 milhões em outras contas a receber no curto e longo prazo refere-se, basicamente, a valores a receber de contratos de aluguel de áreas e imóveis comerciais pertencentes ao Poder Concedente, enquadrados como subarrendamento, de acordo com CPC 06(R2)/IFRS 16.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Estoques

Segundo a diretoria, o aumento de 11,1% nos estoques comparado com o mesmo período de 2018, se justifica pela redução de serviços de manutenção própria, principalmente em locomotivas, vagões e via permanente, decorrentes da retração do volume transportado.

### Tributos a recuperar

A conta de tributos a recuperar no ativo circulante e no não circulante é formada pelos créditos de ICMS, PIS e COFINS, pelo imposto de renda sobre aplicações financeiras retido na fonte e outros. A diretoria esclarece que o aumento de R\$34,5 milhões em 2019 em comparação ao ano anterior, considerando os créditos de curto e longo prazo, ocorreu, basicamente, devido a decisão favorável de processos judiciais onde se discutia: (i) a inconstitucionalidade da inclusão do valor do PIS/COFINS e do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS-Importação (MG/RJ/SP); (ii) dedutibilidade integral das despesas com PAT no IRPJ; (iii) inconstitucionalidade do INSS sobre serviços de cooperativas de trabalho; e (iv) reversão de parte da provisão de perda de créditos de ICMS devido ao aproveitamento de crédito no exercício de 2019.

### Despesas Antecipadas

A redução no valor de R\$157,0 milhões considerando curto e longo prazo nas despesas antecipadas, refere-se a reclassificação de Despesa Antecipada de Arrendamento para ativo de Direito de Uso, justificada pela adoção em 2019 do CPC 06(R2)/IFRS 16.

### Instrumentos financeiros derivativos

O aumento dos valores de instrumentos financeiros derivativos - Swap - considerando o ativo circulante e o não circulante, no valor de R\$13,3 milhões quando comparado com 2018, foi ocasionada, conforme declara a diretoria, pela variação do dólar/euro que estão atrelados a ponta ativa do swap.

### Outros ativos circulantes e não circulantes

A diretoria destaca que o aumento de 11,4% em outros ativos circulantes e não circulantes, quando comparado com 2018, deve-se basicamente a depósitos em garantia em processos fiscais.

### Direito de uso em arrendamento

A diretoria informa que o valor de R\$1.852,6 milhões refere-se ao direito de uso de utilizar ativos subjacentes, conforme prerrogativas do CPC 06 (R2)/IFRS 16 adotadas em 1º de janeiro de 2019, correspondente aos contratos de arrendamento classificados anteriormente como arrendamento operacional, principalmente, ao contrato de arrendamento junto ao Poder Concedente vinculado à Concessão e aos arrendamentos financeiros enquadrados no CPC 06 (R1)/IAS 17.

## PASSIVO

### Fornecedores

Os diretores informam que a queda de R\$70,4 milhões na conta fornecedores, no passivo circulante e no passivo não circulante, é reflexo da redução de volume transportado devido ao rompimento da barragem em Brumadinho (MG) e suas consequências, que ocasionou redução nas compras de materiais e serviços para manutenção de ativos.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Fornecedores***Em Milhões de Reais*

	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Valores a pagar a partes relacionadas	64,2	49,8
Em moeda nacional	215,5	184,3
Em moeda estrangeira	<u>25,1</u>	<u>0,2</u>
	<u><b>304,8</b></u>	<u><b>234,3</b></u>
Circulante	269,9	197,3
Não circulante	34,9	37,0

**Imposto de renda e contribuição social**

A diretoria apresenta os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social que refletem um aumento em razão de ter realizado um montante menor de antecipações de IR/CSL durante o exercício.

*Em Milhões de Reais*

	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>Var %</u>
Imposto de renda	102,6	170,7	66,4%
Contribuição social	9,8	38,3	292,5%
	<u><b>112,3</b></u>	<u><b>209,0</b></u>	<u><b>86,1%</b></u>

**Outras obrigações fiscais**

O acréscimo nas obrigações fiscais, segundo a diretoria, é consequência do reconhecimento de um maior volume de receita referente aos mecanismos de proteção no exercício de 2019, conforme informado em itens anteriores.

*Em Milhões de Reais*

	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>Var %</u>
ICMS	6,0	13,1	119,7%
COFINS	12,0	68,6	471,8%
PIS	2,0	13,9	589,5%
Outros	4,5	10,8	141,4%
	<u><b>24,4</b></u>	<u><b>106,4</b></u>	<u><b>336,1%</b></u>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, nos períodos abaixo indicados, estavam compostos da seguinte forma:

		<i>Em Milhões de Reais</i>		
		<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>Var %</b>
<u>Moeda Nacional</u>				
BNDIS:		784,5	669,9	-14,6%
	FINEM	566,7	551,4	-2,7%
	DULC	160,1	101,3	-36,7%
	FINAME	57,8	17,2	-70,2%
		<u>784,5</u>	<u>669,9</u>	-14,6%
Custos da Transação		<u>(2,5)</u>	<u>(2,0)</u>	-20,0%
		<u>782,0</u>	<u>667,9</u>	-14,6%
<u>Moeda Estrangeira</u>				
Banco MUFG		583,0	607,0	4,1%
Ajuste de hedge de valor justo - Banco MUFG		3,9	10,1	162,3%
Ex-Im		8,4	0,0	-100,0%
		<u>595,2</u>	<u>617,1</u>	3,7%
Custos da Transação		<u>(0,0)</u>	<u>(0,0)</u>	7,4%
		<u>595,2</u>	<u>617,1</u>	3,7%
<u>Debêntures</u>				
6ª Emissão		9,4	0,0	-100,0%
7ª Emissão		718,1	744,4	3,7%
8ª Emissão		396,6	397,6	0,3%
9ª Emissão		0,0	661,9	
		<u>1.124,1</u>	<u>1.803,9</u>	60,5%
Custos da Transação		<u>(24,2)</u>	<u>(23,4)</u>	-3,0%
		<u>1.099,9</u>	<u>1.780,5</u>	61,9%
Total de Empréstimos e Financiamentos +				
Custo da Transação		<u>2.477,2</u>	<u>3.065,4</u>	23,7%
Circulante		419,5	714,5	70,3%
Não Circulante		2.057,6	2.351,0	14,3%

A diretoria esclarece que o aumento no saldo de empréstimos e financiamentos no valor de R\$588,4 milhões ocorrido em 2019 se comparado com o exercício social de 2018, no passivo circulante e não circulante, é explicado pelo maior volume de captações no primeiro semestre de 2019. Dentre as principais captações estão a 9ª emissão de debêntures e financiamentos junto aos bancos MUFG e BNDIS.

**Instrumentos financeiros derivativos**

A redução dos valores de instrumentos financeiros derivativos - Swap - do passivo circulante e não circulante, em 49,6% quando comparado com 2018, foi ocasionada, conforme declara a diretoria, pela liquidação de operações, bem como a abertura de novas, além da variação das provisões de ganho das operações existentes.

**Concessão e arrendamento a pagar**

A diretoria informa que a variação de 95,1% ocorrida em 2019, se comparada com o mesmo período de 2018, no passivo circulante e não circulante, deve-se à adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16. O saldo em aberto de arrendamento a pagar referente ao contrato com o Poder Concedente, classificado em 2018 como arrendamento operacional, foi remensurado e reclassificado para a rubrica arrendamento mercantil em 2019.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

*Em Milhões de Reais*

<b>Concessão e arrendamento a pagar</b>		
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Concessão a pagar	6.474	6.677
Arrendamento a pagar (a)	-	126.867
	<b>6.474</b>	<b>133.544</b>
Circulante	3.812	74.120
Não circulante	2.662	59.424

**Adiantamento de clientes**

A diretoria informa que a variação de R\$2,1 milhões ocorrida em 2019, se comparada com o mesmo período de 2018, no passivo circulante e não circulante, foi decorrente, basicamente, do distrato com o cliente Libra Terminal Valongo S.A., em outubro de 2019.

**Tributos diferidos**

A redução de R\$34,3 milhões no passivo diferido, conforme explica e demonstra a diretoria, deve-se, principalmente, à desconstituição dos ajustes decorrentes do RTT - Regime Tributário de Transição, que está sendo amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão. O incremento de R\$103,2 milhões no ativo diferido é reflexo do aumento das provisões trabalhistas, explicado no item "Provisões".

*Em Milhões de Reais*

	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>Var</b>
Ativos diferidos	173,1	276,3	103,2
Passivos diferidos	(374,2)	(339,9)	34,3
<b>Saldos tributos diferidos</b>	<b>(201,1)</b>	<b>(63,6)</b>	<b>137,5</b>

**Provisões**

A diretoria destaca que o aumento de R\$173,7 milhões no saldo de provisões em 2019 comparando-se ao exercício social de 2018, considerando passivo circulante e não circulante, ocorreu pelo incremento nas provisões previdenciárias e trabalhistas, devido, principalmente, às mudanças de prognóstico, aos resultados dos cálculos decorrentes de decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o período e ao aumento da quantidade de reclamações trabalhistas com prognóstico de perda provável.

**Arrendamento mercantil**

A diretoria destaca que o acréscimo de R\$1.877,0 milhões considerando passivo circulante e não circulante é consequência da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, a partir de 1º de janeiro de 2019. Na adoção, a Companhia reconheceu passivos de arrendamentos para os contratos vigentes e que anteriormente estavam enquadrados como arrendamento operacional, com exceção dos contratos de curto prazo e de baixo valor. O passivo reconhecido corresponde aos compromissos futuros dos contratos de arrendamento, mensurados a valor presente pelas taxas de desconto, na data da sua adoção.

**Outras obrigações**

A diretoria destaca que a redução de R\$15,6 milhões em outras obrigações, considerando passivo circulante e não circulante, é consequência, principalmente, do pagamento em 2019 do valor da parcela de R\$12,8 milhões por conta do aditivo contratual entre a MRS e a CSN Mineração S.A., celebrado em 1º de novembro de 2018, através do qual as partes visavam a

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

revisão dos volumes (“Tonelagens Básicas Anuais” - “TBA’S”), de minério de ferro previstos no contrato. Por conta desta revisão, que reduziu a previsão anual a ser transportada, a CSN Mineração S.A. assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados, a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Para atendimento ao CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, a Companhia reconheceu em contrapartida ao contas a receber de indenização uma obrigação contratual no valor de R\$ 89,8 milhões em 2018.

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### Capital social

A diretoria esclarece que o aumento de 11,6% no capital social em 2019, quando comparado a 2018, deve-se à capitalização do valor de R\$198,9 milhões da reserva de investimentos constituída em anos anteriores, conforme proposta aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25 de março de 2019.

#### Reservas de lucro

A diretoria informa que o incremento de R\$130,0 milhões nas reservas de lucro do ano de 2019 quando comparadas a 2018, é decorrente: (i) da destinação do lucro do exercício de 2019 no valor de R\$25,2 milhões para constituição da reserva legal, conforme previsto na legislação societária e a ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que será realizada em 29 de abril de 2020; (ii) da destinação do lucro do exercício de 2019 no valor de R\$358,7 milhões para constituição de reserva para investimentos necessários ao cumprimento do orçamento de capital da Companhia, conforme a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO) que será realizada em 29 de abril de 2020; (iii) da aprovação em Reunião em Conselho de Administração do dia 25 de março de 2020 do aumento do capital social no valor de R\$130,0 milhões utilizando parte da reserva de investimentos constituída em anos anteriores e; (iv) aprovação de dividendos adicionais na Assembleia Geral Extraordinária (AGE), de 25 de novembro de 2019, no valor de R\$123,9 milhões.

<i>Em milhões de Reais</i>	
Constituição de novas reservas	
Reserva legal (5% do lucro líquido)	25,2
Reserva para investimentos (75% do lucro líquido após reserva legal)	358,7
Destinação de reserva para aumento de capital	(130,0)
Aprovação dividendos adicionais	(123,9)
 Variação de reservas de lucro:	 130,0
Saldo - Reservas de lucro em 2019	2.047,3
Saldo - Reservas de lucro em 2018	1.917,3
Variação %	6,8%

### ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ativo circulante ÷ passivo circulante)

O índice de liquidez corrente em 2019 atingiu 1,01, refletindo a gestão sustentável dos recursos da Companhia. O aumento desse índice em comparação ao exercício anterior foi decorrente das captações ocorridas no primeiro semestre de 2019 e do reconhecimento do contas a receber referente aos mecanismos de proteção de receita com um dos maiores clientes da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Análise do Balanço Patrimonial Dez-18 versus Dez-17

#### ATIVO

##### Caixa e equivalentes de caixa

A diretoria informa que a redução de R\$ 146,1 milhões, deve-se, basicamente, a um menor volume de captações no exercício social de 2018 em comparação ao exercício social de 2017.

##### Caixa restrito

As aplicações do caixa restrito tiveram um acréscimo de R\$ 5,4 milhões decorrentes de novas captações no valor de R\$ 2,0 milhões e atualização das aplicações existentes, constituídas como forma de garantia de prestação de fiança bancária e contrato de compra e venda de energia elétrica, conforme informado pela diretoria.

##### Contas a receber de clientes

O aumento de R\$ 47,5 milhões no contas a receber de clientes quando comparado ao mesmo período de 2017, é demonstrado como segue:

	<i>Em Milhões de Reais</i>		
	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>Var %</b>
Contas a receber de partes relacionadas	397,9	441,0	10,8%
Clientes no país	26,9	31,3	16,4%
Provisão para perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa	(1,1)	(1,1)	0,0%
	<b>423,7</b>	<b>471,2</b>	<b>11,2%</b>
Circulante	278,6	247,2	
Não circulante	145,1	224,0	

A variação de R\$ 4,4 milhões em Clientes no país se deve, basicamente, ao aumento nos valores a receber dos serviços relativos de compartilhamento de infraestrutura ferroviária ou de recursos operacionais, nas modalidades de tráfego mútuo e direito de passagem realizados entre as concessionárias de transporte ferroviário, que não são partes relacionadas.

O incremento de R\$ 43,1 milhões no contas a receber com partes relacionadas, deve-se, basicamente, ao fato de que, em 1º de novembro de 2018, foi celebrado o sexto aditivo contratual entre a MRS e a CSN Mineração S.A., através do qual as partes visam a revisão dos volumes ("Tonelagens Básicas Anuais" - "TBA'S"), de minério de ferro previstos no contrato. Por conta desta revisão, que reduziu a previsão anual a ser transportada, a CSN Mineração S.A. assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados, a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor será pago em 8 parcelas anuais de R\$23,547 milhões, faturados em dezembro e vencíveis em janeiro de cada ano. O valor presente do fluxo de pagamento é de R\$113,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 sendo, R\$23,547 milhões no circulante e R\$89,753 milhões no não circulante. Em janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$23,547 milhões referente a primeira parcela do aditivo.

##### Outras contas a receber

A diretoria destaca que o aumento de R\$ 11,2 milhões em outras contas a receber em comparação a 2017 refere-se, principalmente, ao valor a receber a título de indenização e

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

outros ressarcimentos de custos conforme Termo de Acordo e Quitação de Pendências nº 002/2018, assinado em 21 de dezembro de 2018, entre MRS e Rumo Malha Norte/ Paulista/Oeste e Sul.

### **Estoques**

Segundo a diretoria, o aumento do estoque em 25,3%, se comparado com o mesmo período de 2017, se justifica pelo acréscimo dos materiais de manutenção e produtos em processo de recuperação que serão utilizados em serviços de manutenção própria, principalmente em locomotivas, vagões e via permanente.

### **Tributos a recuperar**

A conta de tributos a recuperar no ativo circulante e não circulante é formada, basicamente, pelos créditos ICMS, PIS e COFINS e pelo imposto de renda sobre aplicações financeiras retido na fonte. A diretoria esclarece que o acréscimo de R\$ 10,0 milhões em 2018 em comparação ao ano anterior deve-se ao aumento do imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. Adicionalmente, registramos uma reversão na provisão para perda de créditos de ICMS, no valor de R\$ 5,0 milhões constituída em anos anteriores.

### **Instrumentos financeiros derivativos**

O aumento dos valores de instrumentos financeiros derivativos - Swap - considerando ativo circulante e o não circulante, no valor de R\$ 7,5 milhões quando comparado com 2017, foi ocasionado, conforme declara a diretoria, pela variação na provisão de ganho das operações existentes decorrentes da oscilação do dólar.

### **Outros ativos circulantes e não circulantes**

O aumento de R\$ 12,9 milhões em outros ativos circulantes e não circulantes comparado com 2017, conforme destaca a diretoria, deve-se, basicamente, à realização de depósitos judiciais para garantia de execução de processos cíveis e trabalhistas, bem como adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais.

### **Imobilizado**

A diretoria confirma que o aumento de R\$ 203,2 milhões no imobilizado em relação a 2017 deve-se às iniciativas de investimentos essenciais à manutenção da produção e sustentabilidade do negócio.

### **Intangível**

O incremento de 3,7% na rubrica de intangível no último exercício foi justificado pela diretoria como continuação dos investimentos realizados em aquisições de sistemas informatizados e softwares, iniciados em 2017.

## **PASSIVO**

### **Fornecedores**

Os diretores informam que a redução de R\$ 7,5 milhões na conta fornecedores, no passivo circulante e não circulante, conforme apresentado no quadro abaixo, é explicada principalmente, pela quitação dos pagamentos aos fornecedores estrangeiros pela aquisição de trilhos adquiridos em 2017.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>Var %</u>
Valores a pagar a partes relacionadas	52,4	64,1	22,3%
Em moeda nacional	216,0	215,5	-0,2%
Em moeda estrangeira	<u>43,9</u>	<u>25,1</u>	-42,8%
	<u><b>312,3</b></u>	<u><b>304,8</b></u>	-2,4%
Circulante	258,8	270,0	
Não circulante	53,5	34,9	

**Imposto de renda e contribuição social**

Apesar do aumento no lucro ocorrido em 2018, quando comparado ao exercício de 2017, no valor de R\$ 69,2 milhões, os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social, apresentaram uma redução de 14,3% que, segundo a diretoria reflete, principalmente, a antecipação dos tributos ocorridos antes da apuração anual.

*Em Milhões de Reais*

	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>Var %</u>
Imposto de renda	109,0	102,6	-5,9%
Contribuição social	22,1	9,8	-55,7%
	<u><b>131,1</b></u>	<u><b>112,4</b></u>	<u><b>-14,3%</b></u>

**Outras Obrigações Fiscais**

A diretoria apresenta abaixo quadro com os tributos que compõem a redução de 15,3% em 2018, em comparação ao exercício de 2017.

*Em Milhões de Reais*

	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>Var %</u>
ICMS	4,5	6,0	33,3%
COFINS	16,6	12,0	-27,7%
PIS	3,1	2,0	-35,5%
Outros	4,6	4,4	-4,3%
	<u><b>28,8</b></u>	<u><b>24,4</b></u>	<u><b>-15,3%</b></u>

**Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, nos períodos abaixo indicados, estavam compostos da seguinte forma:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

		<i>Em Milhões de Reais</i>		
		<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>Var %</b>
<u>Moeda Nacional</u>				
BNDES:		994,8	784,5	-21,1%
	FINEM	615,4	566,7	-7,9%
	DULC	261,9	160,1	-38,9%
	FINAME	117,6	57,8	-50,9%
BDMG		8,1	0,0	-100,0%
FINEP		2,2	0,0	-100,0%
		<u>1.005,1</u>	<u>784,5</u>	-21,9%
Custos da Transação		<u>(1,7)</u>	<u>(2,5)</u>	50,1%
		<u>1.003,5</u>	<u>782,0</u>	-22,1%
<u>Moeda Estrangeira</u>				
Banco MUFG		497,2	583,0	17,3%
Ajuste de hedge de valor justo - Banco MUFG		(1,0)	3,9	-493,8%
Ex-Im		35,8	8,4	-76,6%
		<u>532,0</u>	<u>595,2</u>	11,9%
Custos da Transação		<u>(0,2)</u>	<u>(0,0)</u>	-87,6%
		<u>531,8</u>	<u>595,2</u>	11,9%
<u>Debêntures</u>				
5ª Emissão		104,8	0,0	-100,0%
6ª Emissão		18,9	9,4	-50,0%
7ª Emissão		691,2	718,1	3,9%
8ª Emissão		394,5	396,6	0,5%
		<u>1.209,4</u>	<u>1.124,1</u>	-7,1%
Custos da Transação		<u>(30,5)</u>	<u>(24,2)</u>	-20,9%
		<u>1.178,9</u>	<u>1.099,9</u>	-6,7%
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custo da Transação		<u>2.714,2</u>	<u>2.477,1</u>	-8,7%
Circulante		667,8	419,5	-37,2%
Não Circulante		2.046,4	2.057,6	0,6%

Houve uma queda no saldo de empréstimos e financiamento em 2018 se comparada com o exercício social de 2017, no valor de R\$ 237,1 milhões. A diretoria esclarece que essa redução foi devido ao forte volume de amortizações ocorrido em 2018, reduzindo a dívida bruta em 8,1%, com destaque para o pagamento da última parcela da 5ª emissão de debêntures e amortização de um dos financiamentos com o Banco MUFG.

**Instrumentos financeiros derivativos**

O aumento dos valores de instrumentos financeiros derivativos - Swap - do passivo circulante e passivo não circulante, no valor de R\$ 14,3 milhões quando comparado com 2017, foi ocasionado, conforme declara a diretoria, pela variação decorrente de provisão de perda das operações existentes como também pela contratação de novas operações.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Dividendos a pagar

A diretoria esclarece que o aumento de R\$ 14,4 milhões nos dividendos a pagar foi em decorrência do melhor resultado obtido no ano de 2018, que variou 13,1% se comparado ao ano de 2017.

### Adiantamento de clientes

A diretoria informa que a variação de 35,9% ocorrida em 2018, se comparada com o mesmo período de 2017, foi devido a recebimentos de adiantamento de valores de clientes no decorrer de ano, processo normal na atividade da Companhia.

### Provisões

A diretoria destaca que o aumento de R\$ 41,8 milhões no saldo de provisões em 2018 comparando-se com o exercício social de 2017, ocorreu devido aos seguintes motivos: (i) incremento de provisões decorrentes de mudanças de prognósticos em virtude de decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o exercício e (ii) revisão do diagnóstico de saneamento e atualização dos valores envolvidos nos processos em curso junto ao Poder Concedente.

### Outras obrigações

A diretoria destaca que o acréscimo de R\$ 98,4 milhões em outras obrigações, considerando passivo circulante e o não circulante, ocorreu devido à celebração do sexto aditivo contratual entre a MRS e a CSN Mineração S.A., através do qual as partes visam a revisão dos volumes ("Tonelagens Básicas Anuais" - "TBA'S"), de minério de ferro previstos no contrato. Por conta desta revisão, que reduziu a previsão anual a ser transportada, a CSN Mineração S.A. assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados, a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Para atendimento ao CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, a Companhia reconheceu em contrapartida ao contas a receber de indenização uma obrigação contratual no valor de R\$ 89,8 milhões.

### Tributos diferidos

A redução de R\$ 34,5 milhões no passivo diferido, conforme explica e demonstra a diretoria, se deve, principalmente, à desconstituição dos ajustes decorrentes do RTT - Regime Tributário de Transição, que está sendo amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão. O incremento de R\$ 7,2 milhões no ativo diferido é reflexo do aumento das provisões para contingências e provisões de indenização ao Poder Concedente, explicados no item anterior, "Provisões".

*Em Milhões de Reais*

	2017	2018	Var
Ativos diferidos	165,9	173,1	7,2
Passivos diferidos	(401,5)	(374,2)	27,3
<b>Saldos tributos diferidos</b>	<b>(235,6)</b>	<b>(201,1)</b>	<b>34,5</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****PATRIMÔNIO LÍQUIDO****Capital social**

A diretoria esclarece que o aumento de 7,6% no capital social em 2018, quando comparado a 2017, deve-se à capitalização do valor de R\$ 121,1 milhões da reserva de investimentos constituída em anos anteriores, conforme proposta aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 21 de março de 2018.

**Reservas de lucro**

A diretoria informa que o incremento de R\$ 89,3 milhões nas reservas de lucro do ano de 2018 quando comparadas a 2017, ocorreu, principalmente, em decorrência: (i) da proposta de destinação do lucro do exercício de 2018 no valor de R\$ 26,1 milhões para constituição da reserva legal, conforme previsto na legislação societária e recomendado pela administração em Reunião do Conselho de Administração do dia 20 de março de 2019 para aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO); (ii) da proposta de destinação do lucro do exercício de 2018 no valor de R\$ 371,8 milhões necessários ao cumprimento do orçamento de capital da Companhia e recomendado pela administração em Reunião do Conselho de Administração do dia 20 de março de 2019 para aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO); (iii) da aprovação em Reunião em Conselho de Administração do dia 20 de março de 2019, do aumento do capital social no valor de R\$ 198,9 milhões utilizando parte da reserva de investimentos constituída em anos anteriores e; (v) aprovação dos dividendos adicionais constituídos em dezembro de 2017, na Assembleia Geral Ordinária (AGO), de 26 de abril de 2018, no valor de R\$ 109,5 milhões.

*Em milhões de Reais*

<b>Constituição de novas reservas</b>	
Reserva legal (5% do lucro líquido)	26,1
Reserva para investimentos (75% do lucro líquido após reserva legal)	371,7
	(198,9)
<b>Destinação de reserva para aumento de capital</b>	
Aprovação dividendos adicionais propostos ref. 2017	(109,5)
<b>Variação de reservas de lucro:</b>	
	89,4
Saldo - Reservas de lucro em 2018	1.917,3
Saldo - Reservas de lucro em 2017	1.828,0
Variação %	4,9%

**ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ativo circulante ÷ passivo circulante)**

O índice de Liquidez Corrente em 2018 atingiu 0,69, refletindo as variações negativas de 11,7% do ativo circulante e 12,1% do passivo circulante. A diretoria esclarece que o volume de amortizações de empréstimos e financiamentos ocorridas durante o ano, provocou a redução do caixa, justificando um pequeno aumento desse índice em relação ao resultado de 0,68, ocorrido em 2017.



## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2Os diretores devem comentar:

#### a. resultados das operações do emissor, em especial:

##### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os diretores informam que a receita da Companhia advém, prioritariamente, em todos os exercícios sociais, da prestação do serviço de transporte ferroviário de carga que é composto basicamente por: (i) frete; (ii) partilha de frete; e (iii) receitas acessórias vinculadas ao frete tais como manobra, descarga, transbordo, entre outras.

##### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Segundo os diretores, o resultado da Companhia foi impactado por alguns eventos não recorrentes ocorridos nos 3 últimos exercícios sociais, os quais são descritos a seguir:

#### Receita Líquida:

Em 2019, a receita líquida da Companhia teve uma redução de 14,1%. Essa queda é explicada pelo menor volume transportado, basicamente de minério de ferro, principal receita da Companhia, em comparação ao exercício de 2018, reflexo dos desdobramentos após o rompimento da barragem, em Brumadinho (MG), ocorrido em 25 de janeiro de 2019.

#### Provisão com Poder Concedente:

Em 2018 houve aumento de R\$ 11,0 milhões na provisão constituída em 2017, referente a processos em curso junto ao Poder Concedente, devido à revisão do diagnóstico de saneamento e atualização dos valores envolvidos.

Em 2017 foi constituída a provisão para: (i) indenização referente à regularização de trechos desativados e edificações arrendadas de processos em curso junto ao Poder Concedente; e (ii) multas de alguns processos administrativos em curso junto a ANTT com prognóstico de perda provável. O total provisionado para esses processos era de R\$ 31,7 milhões.

#### 9ª Emissão de Debêntures:

Em 15 de abril de 2019, a Companhia realizou sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 65 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 1ª e 2ª, totalizando uma captação no montante de R\$650,0 milhões, sendo R\$367,2 milhões alocados na 1ª série e R\$282,8 milhões na 2ª série.

A 1ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de IPCA+4,095% a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no último ano.

A 2ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 106,4% do CDI a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 4º e 5º anos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com essa emissão estão sendo utilizados para projetos de investimentos, reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

### 8ª Emissão de Debêntures:

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia realizou sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 40 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 2ª e 3ª, totalizando uma captação no montante de R\$ 400,0 milhões, sendo R\$ 218,0 milhões alocados na 2ª série e R\$ 182,0 milhões na 3ª série. A emissão poderia ter sido realizada em até 3 séries, mas, após procedimento de *bookbuilding*, foi definida a emissão apenas da 2ª e 3ª séries, com o cancelamento da 1ª série.

A 2ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 108,30% do CDI ao ano, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente com prazo de 5 anos e amortização no 4º e 5º ano.

A 3ª série foi destinada exclusivamente aos debenturistas detentores dos papéis da 6ª emissão de debêntures da Companhia, no âmbito de operação de *Tender Offer*. Os debenturistas da 6ª emissão que aderiram ao *Tender Offer* venderam suas debêntures para a Companhia pelo valor na curva. A Companhia, por sua vez, emitiu os papéis da 3ª série da 8ª emissão para esses debenturistas com um deságio de R\$ 5,8 milhões, que corresponde à diferença do valor pago pela 6ª emissão, na curva, pelo valor de mercado. A 3ª série da 8ª emissão foi emitida a uma taxa de 109,50% do CDI ao ano, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 3º, 4º e 5º ano.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão foram utilizados para reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

### Provisões Jurídicas:

Em 2019 tivemos um acréscimo de R\$176,8 milhões nas provisões jurídicas em relação ao exercício de 2018. Esse valor está diretamente relacionado ao aumento de provisões previdenciárias e trabalhistas, no valor de R\$163,9 milhões que se deve, principalmente, às mudanças de prognóstico, aos resultados dos cálculos decorrentes de decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o período e ao aumento da quantidade de reclamações trabalhistas provisionadas.

No ano de 2018 houve um aumento no saldo de provisões trabalhistas, cíveis e tributárias no valor total de R\$ 23,0 milhões em relação ao ano de 2017. Este valor está atualizado pelos índices dos tribunais e líquido dos pagamentos e reversões do ano. As principais adições estão concentradas nos processos previdenciários e trabalhistas. As adições se referem, em sua maioria, a incrementos por mudança de prognóstico e ajustes de adequação das provisões às decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o ano.

Em 2017, houve um aumento total de provisões no valor de R\$ 57,8 milhões, sendo R\$ 54,7 milhões referente a processos previdenciários e trabalhistas e o restante, no valor de R\$ 3,1 milhões, correspondente a processos cíveis e fiscais. O aumento no valor das provisões se refere, em sua maioria, a incrementos por mudança de prognóstico e ajustes de adequação das provisões às decisões modificativas proferidas durante o ano.

### Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa:

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia adotou o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Essa nova norma trouxe o modelo de perda esperada para *impairment* de ativos financeiros. Essa mudança afetou o resultado do ano de 2018, acarretando um aumento de R\$ 1,1 milhão nas provisões para perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa.

### Exercício de Cláusula de Garantia de Receitas e Volumes Anuais:

No ano de 2019 houve uma queda na receita líquida de serviços no valor de R\$525,7, que se deve à redução no volume de transporte de minério causado pelo rompimento de barragem de Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019.

Em contrapartida houve o reconhecimento da indenização (*take or pay*) referente ao mecanismo de proteção de receita no valor de R\$632,3 milhões, de um dos principais clientes da Companhia sendo também sua parte relacionada. Ainda em 2019 foram reconhecidas receita referente a mecanismo de proteção, no valor de R\$21,6 milhões, em contratos com outras partes relacionadas.

Foram provisionados em 2018 R\$17,0 milhões decorrentes dos mecanismos de proteção da receita garantidos em contratos com partes relacionadas.

No exercício de 2017, foram provisionados R\$ 98,0 milhões decorrentes de mecanismos de proteção da receita, assumidos em contratos por suas partes relacionadas.

As receitas decorrentes dos mecanismos de proteção de receita são registradas contabilmente em “Outras receitas operacionais”.

### Recuperação de Custo da Concessão e Arrendamento:

Em 2019, houve nova interposição de recursos e pedido de vistas que onde a discussão permeava sobre o índice de correção monetária. O tramite do processo se seguiu até 31 de outubro de 2019, quando foram juntadas petições pela União, tanto em 1ª como em 2ª instâncias, informando a desistência do recurso interposto, tendo em vista o entendimento do STF acerca do não cabimento da modulação dos efeitos da decisão em sede do Recurso Extraordinário nº 870.947/SE. Em novembro 2019 os autos foram remetidos ao contador judicial.

Nesse novo contexto, a Companhia entende que deverá ser mantido o critério de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública pela Tabela da Justiça Federal (UFIR e IPCA\_E) e a divergência nesse particular, nos autos da ação em referência, entre a União e a MRS, deverá restar superada, prevalecendo os parâmetros adotados pela MRS.

Em 6 de dezembro de 2018, o julgamento dos recursos foi interrompido por pedido de vista.

Em 2017, houve nova interposição de recurso pela União, onde foi concedido efeito suspensivo para perícia até o julgamento final do mencionado recurso pelo TRF/2. Um dos principais pontos de divergência desse processo é o índice de correção monetária das condenações impostas à Fazenda Pública.

Com relação ao processo de recuperação de custo da concessão e arrendamento que se encontra em fase de liquidação da condenação da União, em janeiro de 2016, a União foi intimada da decisão que negou provimento ao seu recurso de embargos de declaração contra a decisão que determinou a realização da perícia. A União interpôs recurso, que determinou a realização da perícia para apuração da existência de valor remanescente a ser compensado pela Companhia. Segundo os diretores, este recurso não resultou em nenhum efeito no resultado operacional da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### Provisão / Reversão de Provisão para perda de ativos:

No exercício de 2019 houve baixa de provisão de R\$1,2 por realização do corte de vagões e constituição de nova provisão para os cortes a serem realizados em 2020, no montante de R\$11,6 milhões. Foi revertida parte da provisão para perda de crédito de ICMS, no valor de R\$9,0 milhões para adequação ao consumo (aproveitamento) dos mesmos, realizado nesse ano.

Em 2018 foi feita reversão de provisão para perdas de estoques, no valor de R\$ 6,6 milhões e uma nova provisão no valor de R\$ 6,5 milhões, o que não afetou o resultado da Companhia. Também foi feita reversão de provisão para perda de ICMS no valor de R\$ 5,0 milhões, transferindo todo o saldo remanescente de R\$ 26,0 milhões no ativo circulante.

O Ativo Imobilizado apresentou uma reversão de provisão no ano de 2018 no valor de R\$ 3,7 milhões devido à realização do corte de vagões.

No exercício social de 2017, foi feita a reversão da provisão para doação de bens imóveis constituídos em 2015, que, por decisão da Companhia, não serão mais efetuadas, no valor de R\$ 2,3 milhões.

### Indenização por suspensão/ alteração no contrato de transporte:

Em 1º de novembro de 2018, foi celebrado o sexto aditivo contratual entre a MRS e a CSN Mineração S.A., através do qual as partes visam a revisão dos volumes (“Tonelagens Básicas Anuais” - “TBA’S”), de minério de ferro previstos no contrato. Por conta desta revisão, que reduziu a previsão anual a ser transportada, a CSN Mineração S.A. assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados, a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor será pago em 8 parcelas anuais de R\$23,5 milhões, faturados em dezembro e vencíveis em janeiro de cada ano. O valor presente do fluxo de pagamento é de R\$113,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 sendo, R\$23,5 milhões no circulante e R\$89,8 milhões no não circulante. Em janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$23,5 milhões referente à primeira parcela do aditivo.

### Indenização/ressarcimento de custos:

Em 21 de dezembro de 2018 foi assinado termo de acordo e quitação de pendência nº 002/2018 entre MRS e Rumo Malha Norte/Paulista/Oeste e Sul a título de indenização e outros ressarcimentos de custos, no valor de R\$11,5 milhões.

### Imobilizado em curso:

No ano de 2019, registramos a baixa no valor de R\$14,0 milhões, referente a projetos de investimentos em obras de pontes e viadutos que devido à decisão estratégica da Companhia não serão realizados. Os valores estavam registrados contabilmente como obras em andamento, no ativo imobilizado.

No exercício de 2018 foi revertido a custo o valor de R\$ 4,4 milhões referente a projetos de investimento de obras de expansão, duplicação de pátios e modernização de sinalização, que não serão realizados por decisão estratégica da Companhia.

Em 2017, foi revertido a custo o valor de R\$ 23,9 milhões de imobilizado em curso. Essa reversão refere-se basicamente a projetos de investimento de obras de expansão, duplicação de pátios e modernização de sinalização que, devido à decisão estratégica da Companhia, não serão

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

realizados.

**CPC 06 (R2)/ IFRS 16 - Arrendamentos:**

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019.

A adoção da norma trouxe alterações na contabilização dos contratos de arrendamento operacional, exigindo o reconhecimento dos compromissos futuros em contrapartida aos ativos referentes a seu direito de uso. Os gastos com aluguéis e custo do arrendamento com o Poder Concedente vinculado ao contrato de concessão, que até dezembro de 2018 eram registrados em despesa ou custo com aluguéis/arrendamento, passaram a ser reconhecidos no resultado nas linhas de depreciação e despesas financeiras.

Houve modificação também no reconhecimento da receita de aluguel referente aos contratos de locação de áreas e imóveis comerciais pertencentes ao Poder Concedente, que foram classificados como subarrendamento. Em de 1º de janeiro de 2019, foi reconhecido um contas a receber referente as parcelas devidas, deixando-se de contabilizar a receita de aluguel no resultado e passando a registrar receita financeira de juros sobre o contas a receber.

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Os diretores informam que nos exercícios sociais encerrados de 2017 e 2018, não houve variação extraordinária na receita bruta. Já em 2019, a receita da Companhia foi impactada negativamente pelos desdobramentos do rompimento da barragem em Brumadinho (MG).

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

Os diretores informam que nos exercícios sociais encerrados de 2017, 2018 e 2019 não houve impactos extraordinários relacionados aos itens acima na Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Os diretores informam que nos exercícios sociais encerrados em dezembro de 2017, dezembro de 2018 e dezembro de 2019 não houve introdução ou alienação de segmento operacional na Companhia.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Desde sua constituição, em 30 de agosto de 1996, a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária.

**c. eventos ou operações não usuais**

Informamos que nos três últimos exercícios sociais não ocorreram eventos ou operações não usuais.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 10.4 Os diretores devem comentar:

#### a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As mudanças significativas introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e pelos diversos novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram adotados para todos os períodos apresentados, de acordo com a data de adoção estabelecida por cada pronunciamento.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras preparadas de acordo com todas as normas emitidas pelo CPC, sendo que os ajustes retroagiram ao saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPC's.

Desta forma, de acordo com a diretoria, não foram realizados ajustes contábeis para adequação das demonstrações contábeis a novas práticas contábeis referentes aos exercícios sociais findos em 2016 e 2017.

A Companhia aplicou em 1º de janeiro de 2018 o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 47 /IFRS 15 - Receita de contrato com clientes.

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto mais à receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

O CPC 48/ IFRS 9 substitui o IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9/CPC 48 trouxe foram: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamentos existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários a partir de 1º de janeiro de 2019. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo ou itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 e ainda vigentes após essa data.

A Companhia aplicou isenção de reconhecimento para os arrendamentos de curto prazo e para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor. Esses arrendamentos continuam sendo reconhecidos como custo ou despesa na demonstração do resultado.

A Companhia detém compromissos significativos decorrentes de contratos de arrendamento

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

classificados anteriormente como operacional, principalmente, o contrato de arrendamento junto ao Poder Concedente vinculado à Concessão. Os contratos vigentes foram analisados com base nos requisitos da norma para identificação se o contrato é ou contém arrendamento, seu reconhecimento inicial e mensuração.

Os arrendamentos classificados como arrendamento financeiro utilizando-se das prerrogativas do CPC 06/IAS17, tiveram o valor contábil do ativo e passivo de arrendamento imediatamente antes da aplicação inicial reclassificados para as rubricas “Direito de uso” e “Arrendamento mercantil”.

A Companhia possui recebíveis com terceiros referentes a contratos de aluguel de áreas e imóveis comerciais pertencentes ao Poder Concedente e arrendados à MRS através de contrato de arrendamento. Esses contratos foram enquadrados como subarrendamento e reconhecidos como contas a receber utilizando-se a mesma taxa de desconto considerada para o contrato do arrendamento principal.

Na adoção inicial, o passivo de arrendamento foi mensurado a valor presente dos pagamentos remanescentes, descontado pela taxa incremental e ajustado pelo saldo já reconhecido no balanço imediatamente antes da data da adoção inicial. O ativo de direito de uso, para os arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, foi reconhecido pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor dos pagamentos antecipados e do investimento líquido referente aos subarrendamentos.

### b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A diretoria comenta que as demonstrações contábeis anuais de 2019 são as primeiras a serem apresentadas após a aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16. A norma contábil trouxe um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial de arrendatários. Como arrendatário, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso que correspondem seu direito de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam a obrigação de efetuar os pagamentos de arrendamento. No resultado, a Companhia deixa de registrar despesas de arrendamento pelas parcelas pagas/incorridas e passa a reconhecer despesa de depreciação do ativo de direito de uso e encargos financeiros de juros sobre os passivos de arrendamento. Como arrendador dos contratos com terceiros de aluguel de área e imóveis comerciais pertencentes ao Poder Concedente, enquadrados como subarrendamento, a Companhia reconheceu um contas a receber e em contrapartida deixa de contabilizar receita de aluguel no resultado e passa a registrar receita financeira de juros sobre o contas a receber.

Com exceção do descrito acima, as demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as políticas contábeis de dezembro de 2018.

Os diretores informam que as práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações contábeis foram aplicadas de forma consistente nos exercícios sociais referentes aos anos de 2016 e 2017, não havendo ajustes de transição para novas práticas contábeis. As demonstrações contábeis de 2018 foram as primeiras apresentadas após a aplicação do CPC 47/ IFRS 15 - Receita de contrato com clientes e CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

A Administração analisou sua operação com base no modelo de cinco etapas definido pelo CPC 47/ IFRS 15 - Receita de contrato com clientes e não identificou impactos significativos em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

derivativos. O efeito da aplicação inicial dessa norma é atribuído principalmente: (i) valor justo para os instrumentos financeiros e (ii) aumento nas perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros.

**c. ressalvas e ênfases presentes no Relatório do Auditor Independente**

**2019:** As demonstrações contábeis da MRS Logística S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes que, sobre elas, emitiram parecer datado de 25 de março de 2020, sem ressalvas e sem ênfases.

**2018:** As demonstrações contábeis da MRS Logística S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes que, sobre elas, emitiram parecer datado de 20 de março de 2019, sem ressalvas e sem ênfases.

**2017:** As demonstrações contábeis da MRS Logística S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas pela *Pricewaterhousecoopers* Auditores Independentes que, sobre elas, emitiram parecer datado de 21 de março de 2018, sem ressalvas e sem ênfases.

A diretoria entende que não existem aspectos relevantes que mereçam comentários adicionais.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

**10.5** Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Os diretores destacam que a preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam o reconhecimento dos valores registrados a título de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas continuamente pela Companhia, os diretores informam que os resultados reais podem ser distintos dos estimados podendo, eventualmente, requerer ajustes significativos aos valores contábeis dos ativos ou passivos afetados em períodos futuros.

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia; e (b) requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração.

Segundo os diretores, a Administração da Companhia, em consonância com seu estatuto social e objetivando refletir adequadamente sua situação patrimonial, econômica e financeira, adota determinadas premissas baseando-se nos julgamentos e opiniões de consultores externos e internos, contratados para emitir pareceres jurídicos, laudos atuariais, laudos de vida útil de ativos e realizar revisões tributárias a fim de mitigar possíveis riscos. Além disso, os diretores destacam que a Companhia consulta mercados ativos para avaliação de seus instrumentos financeiros a fim de acompanhar mudanças nas circunstâncias econômicas que possam gerar impactos no seu balanço patrimonial.

De modo a proporcionar um entendimento a respeito do método pelo qual a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, os diretores da Companhia comentam cada prática contábil crítica a seguir:

### a) Reconhecimento da receita

Os diretores reportam que a Companhia reconhece a receita com prestação de serviços de transporte de carga quando as cargas transportadas são entregues aos clientes no ponto de destino do transporte, conforme contrato de prestação de serviços. As demais receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos serão gerados e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável com base no valor justo da contraprestação recebida.

Os diretores informam que as receitas financeiras abrangem as receitas de juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos financeiros e ganhos líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

### b) Tributos correntes

A Companhia, segundo os diretores, apura os tributos correntes pertinentes à sua atividade operacional considerando as determinações previstas em lei. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

### c) Tributos diferidos

A Companhia, de acordo com os diretores, possui apenas os impostos diferidos ativos e passivos aplicáveis ao lucro tributável, usando as alíquotas fiscais nos anos em que as diferenças temporárias deverão ser realizadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

### d) Provisões

Os diretores comunicam que a Companhia reconhece uma provisão quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

- Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Ambientais

A Companhia reconhece provisão de todas as contingências que se enquadram nos subitens (i), (ii) e (iii) mencionados acima, referentes aos processos judiciais cujo prognóstico de perda foi considerado provável pelos consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Essas provisões são revisadas periodicamente e caso seja identificado alguma alteração processual modificativa que cause alteração significativa, as mesmas são ajustadas.

- Provisões Atuariais - Benefícios pós-emprego

A Companhia concede benefícios pós-emprego a funcionários. Os custos do plano de benefícios pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial, os quais envolvem o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperados, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base e podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

ou longos dos participantes.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme determina o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

### e) Instrumentos financeiros - derivativos

Os diretores esclarecem que os derivativos são mensurados pelo valor justo no momento inicial e nas mensurações subsequentes. Após o reconhecimento inicial suas variações são registradas no resultado.

Os derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A partir de 1º de abril de 2016, a Companhia optou por aplicar a metodologia de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*) para alguns dos seus contratos de swap que protege uma dívida em dólar com juros fixos, de acordo com estratégia de Gestão de Riscos e de contratação de Hedges.

A Companhia avalia e documenta se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de hedge mensalmente.

A partir da designação do swap para hedge de Valor Justo, a variação do valor justo do hedge permanece sendo registrada no resultado financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de hedge designado que é registrado no passivo como contrapartida no resultado financeiro.

### f) Moeda estrangeira

A Companhia realiza, de acordo com seus diretores, transações em moeda estrangeira que são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

### g) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, a diretoria informa que passou a reconhecer as provisões para perda esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A avaliação das perdas de crédito esperadas é feita para todos os recebíveis comerciais, conforme metodologia estabelecida, mesmo que não haja evidências objetivas de não recebimento.

A Companhia utiliza-se da abordagem simplificada para os recebíveis comerciais, expediente prático da matriz de provisão, para mensurar as perdas de crédito esperadas.

Caso em período posterior, o valor da perda por *impairment* diminua e a redução possa ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda do valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado.

### h) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os diretores destacam que a Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e caso o valor contábil líquido exceda o valor em uso, é constituída provisão para desvalorização do ativo.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****i) Revisão da vida útil de ativos**

Os diretores informam que a vida útil econômica estimada para reconhecimento da depreciação é revisada anualmente e, segundo os diretores, está baseada em laudos técnicos e indicadores elaborados e acompanhados pelos engenheiros da Companhia e por consultores externos.

Conforme Resolução ANTT 5090/2016, foi identificada a necessidade de alteração da taxa de vida útil de alguns grupos de ativos, em atendimento ao CPC 27 - Imobilizado e ao IAS 16.

Desta forma, no ano de 2019, conforme laudo técnico emitido pela Ernst & Young CT Valuation, bem como publicação no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2019, a partir de janeiro de 2020 a vida útil de alguns ativos e componentes serão alteradas.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**10.6** Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

**a.** os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os diretores informam que não há itens relevantes, sejam ativos ou passivos, detidos pela Companhia e que não estejam evidenciados nas demonstrações contábeis.

**b.** outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores informam que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**10.7** Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os diretores informam que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

**10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

De acordo com os diretores, o Plano de Negócios da Companhia é atualizado anualmente e neste momento são avaliados os cenários macroeconômicos e políticos que afetam o negócio da Companhia e são definidas as principais premissas que nortearão a definição das estratégias para as projeções de demanda, custos, resultados e investimentos.

Este Plano de Negócios contém: (i) uma projeção de longo prazo para um período de cinco anos; e (ii) um plano plurianual de investimentos, sendo o primeiro ano detalhado no orçamento anual.

Os diretores informam, ainda, que os principais indicadores da Companhia são monitorados na gestão estratégica dos administradores, bem como desdobrados em metas individuais para os gestores da Companhia.

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Segundo a diretoria, a MRS investiu no último exercício R\$ 747,5 milhões, e dentre as iniciativas realizadas ao longo de 2019, destacam-se aquelas ligadas à manutenção do negócio, expansão da capacidade de transporte de carga geral, investimentos necessários para sustentabilidade e eficiência da Companhia. Na tabela abaixo estão investimentos realizados nos últimos três exercícios sociais:

a. investimentos, incluindo:

ii. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Segundo a diretoria, a MRS investiu no último exercício R\$ 747,5 milhões, e dentre as iniciativas realizadas ao longo de 2019, destacam-se aquelas ligadas à manutenção do negócio, expansão da capacidade de transporte de carga geral, investimentos necessários para sustentabilidade e eficiência da Companhia. Na tabela abaixo estão investimentos realizados nos últimos três exercícios sociais:

Investimentos	2017	2018	2019
Material rodante <sup>1</sup>	311,4	353,9	301,6
Via permanente <sup>2</sup>	374,8	386,7	391,9
Sistemas de eletroeletrônica	12,2	29,2	16,1
Programas SMS	18,3	15,2	6,4
Diversos	35,1	34,0	31,5
<b>Total</b>	<b>751,8</b>	<b>819,1</b>	<b>747,5</b>

<sup>1</sup> Aquisição e modernização de material rodante



## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

<sup>2</sup> Investimentos em expansão, confiabilidade de infraestrutura e modernização

Destacamos os seguintes investimentos realizados:

- Locomotivas: Foram adquiridas, no triênio 2017-2019, 15 locomotivas GE AC44. Dentre os benefícios esperados, a estratégia de renovação da frota influencia diretamente no aumento da confiabilidade dos ativos e da eficiência energética, além de reduzir os gastos com manutenção.
- Vagões: No triênio 2017-2019 foram adquiridos 427 vagões HPT, utilizados para o transporte de grãos, 156 vagões PET, utilizados para o transporte de produtos siderúrgicos e 74 vagões FLT, utilizados para transporte de cimento ensacado. Além da compra, também foram realizadas transformação de 120 vagões GDT e 102 HAT, específicos para o transporte de minério de ferro, em vagões HPT, destinados ao transporte de produtos agrícolas. Ainda para este transporte, foram produzidos 247 vagões HPT a partir da industrialização de peças de 247 de GDT que tiveram os seus truques modernizados. Para o transporte de contêineres, foram realizadas transformações de 26 vagões GDR para PCR.
- Expansões da via permanente e pátios: em 2019 foram priorizados os investimentos vinculados aos fluxos de transporte do grupo de Carga Geral, sendo os principais: (i) investimentos em novos terminais visando atendimento de novas cargas de contêiner; (ii) início da instalação da sinalização definitiva no TIPLAM (terminal de carga geral - Porto de Santos); e (iii) pagamento de investimentos executados pela RUMO, relacionados à sinalização em 5 pátios do trecho de Pederneiras. Em 2018 foram realizados os seguintes investimentos: (i) adequações de linhas no Pátio de Pederneiras (São Paulo); (ii) nivelamento/levante de linhas de cruzamento em Piaçaguera (SP), assim como comissionamento da sinalização provisória no mesmo trecho. Em 2017, os principais investimentos atrelados à expansão de via permanente e pátios foram: (i) ampliação / automação do pátio de Santos - SP, (ii) reconhecimento de valor residual da obra de duplicação do trecho entre Perequê (Cubatão-SP) e Valongo (Santos-SP) - obra de confiabilidade KM-14, (iii) Linha de Cruzamento Piaçaguera - Tiplam - SP, (iv) adequação do ramal Copersucar - SP, (v) Construção de novo travessão no pátio de Murtinho - MG e (vi) início dos estudos dos projetos de segregação (Noroeste e Sudeste) - SP.
- Modernização de Ativos: A modernização das locomotivas, dos vagões e da malha ferroviária proporciona aumento nos níveis de confiabilidade e, conseqüentemente, de disponibilidade, permitindo assim maior eficiência e otimização das operações ferroviárias.
- Relacionamento com comunidades: Com o objetivo de melhorar o relacionamento com as comunidades e a segurança no tráfego ferroviário a MRS manteve o programa de revitalização de passagens de nível e de pedestres, realizando em 2019 a adequação de 21 ativos. Ainda no triênio 2017-2019, em 2018 foram realizadas 24 adequações em passagens de nível e passagens de pedestres e em 2017 25 adequações. Além destas intervenções em 2017 foi realizada a instalação de sinalização ativa em outras 3 passagens de nível.
- Confiabilidade de infraestrutura: são projetos de investimentos que visam minimizar os riscos associados à confiabilidade da via permanente, pois atuam de forma preventiva em locais previamente identificados. Em 2019 foram executadas, 29 obras de contenção, obras em 3 túneis e 11 intervenções em pontes, assim como criação de novos dispositivos de drenagem. Foram executadas em 2018, 36 obras de contenção, obras em 2 túneis e 12 intervenções em pontes, assim como criação de novos dispositivos de drenagem e construções de guarda corpos. Em 2017, foram executadas 38 obras de contenção, 14 intervenções em pontes, obras em 2 túneis ao longo da via, além de instrumentações/inspeções de pontes, construção de bueiros e adequações de guarda corpos.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****ii. fontes de financiamento dos investimentos**

De acordo com os diretores, a Companhia organiza suas fontes de recursos equilibrando as proporções de próprio e de terceiros. As principais fontes de financiamento dos investimentos utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras públicas e privadas, as operações no mercado de capitais, bem como a geração de caixa do exercício.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

A diretoria informa que nos últimos três exercícios não houve desinvestimentos relevantes e não há desinvestimentos previstos.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Conforme indicado no item 10.8.a, no triênio 2017-2019 foram adquiridos vagões e locomotivas que contribuem para a otimização da produção da Companhia.

**a. novos produtos e serviços, indicando:****i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

A diretoria informa que nos últimos três exercícios sociais não houve a introdução de novos produtos ou serviços pela Companhia e não há previsão para o exercício social corrente.

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

**10.9** Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.